



## ACTA N.º 2

Aos quinze dias do mês Dezembro do ano de dois mil e cinco reuniu, pelas vinte e uma horas, no Salão Gago Coutinho da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém sito em Lisboa, a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária da com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém.
2. Apreciação e votação de: Plano de Actividades para 2006; Orçamento para 2006; Plano Plurianual de Investimentos.
3. Informação escrita do Presidente.
4. Informações diversas.

Imediatamente após ter sido dado início à sessão a Presidente da Mesa informou os presentes de que, tal como estava contemplada na proposta de Regimento da Assembleia, incluído no ponto 1 da ordem de trabalhos, estava disponível na sala o equipamento de gravação destinado a fazer a recolha / gravação auditiva das sessões. Em virtude de não estar ainda aprovado o novo regimento a Presidente solicitou aos membros da assembleia se autorizavam doravante a gravação das sessões, esclarecendo que tal como estava previsto no capítulo XI, artigo 61º, ponto 2 da proposta de Regimento, “*As sessões poderão ser gravadas para auxiliar o lavrar da acta*”, servindo exclusivamente para esse efeito. Por unanimidade e, tendo sido assegurado pela Presidente que as gravações se destinavam apenas para futura redacção das actas das sessões, por unanimidade a Assembleia aceitou que doravante se procedesse às gravações das sessões.

Seguidamente João Carvalhosa, vogal responsável pela instalação do sistema informou os presentes da necessidade de só falarem com o microfone ligado e iniciando a intervenção nomeando-se. Alertou ainda que, caso os microfones estivessem desligados, não haveria qualquer registo nem transcrição para a acta.

Estando todos os intervenientes cientes do funcionamento do sistema foi aprovado por unanimidade a gravação das sessões nos moldes referidos e iniciada a gravação pelo que a transcrição que se segue.

Há a referir que, em situações relevantes e não contempladas na gravação, o texto explicativo é apresentado entre parêntesis e a itálico. Quando a má qualidade da gravação não permitir a sua reprodução a parte da intervenção em falta é identificada com (...).

**Presidente da Mesa:** Encontra-se presente aqui na mesa Gonçalo Silvério Marques, em substituição de Paula Aguiar de Carvalho; Carlos Ataíde Garcia em substituição de Lucindo Ormonde e Pedro Avillez Pereira em substituição de Vítor Gonçalves. Todos os outros presentes fazem parte dos eleitos que já tomaram posse na outra sessão. Passamos agora à aprovação da Acta n.º1. Como sabem

a Acta n.º1 foi redigida após imediatamente a tomada de posse. Penso que não terá problemas de maior. Alguém tem a propor alterações?

**Alves Coelho:** O que vou dizer não é relevante para o que vai aparecer na acta. O que vai ser necessário aparecer na acta, e que espero que seja lido, porque eu entreguei um documento escrito na última assembleia, relativamente à intervenção que fiz. Portanto verifico que na acta só está a parte inicial dessa intervenção. Portanto, eu agradeço que passe para a acta todo o conteúdo daquilo que foi a minha intervenção, visto que entreguei por escrito à mesa da assembleia. É que a minha intervenção teve um carácter de intervenção não pessoal mas em nome da CDU. Portanto acho que deve ser contemplada. Aliás, já no decorrer desta sessão, tudo quanto seja que eu queira que fique em acta, eu entrego documentos escritos. É nesse sentido que eu agradecia que a acta contemplasse.

**Presidente da Mesa:** Não há mais intervenções em relação à Acta n.º1?

**Carlos Cosmelli:** É simples, é que a acta refere que houve uma votação, uma votação de voto secreto e directo. A acta, em determinado ponto, diz: “Abstenções: 0”. Não há “abstenções”, visto todos os membros da assembleia terem de votar e votaram, e por conseguinte há votos brancos, votos nulos, e votos nas diversas forças partidárias. Nas listas nunca há votos de abstenção, não há abstenções. Por conseguinte, está a mais as abstenções, é só para retirar da acta as abstenções.

**Presidente da Mesa:** Isso foi um lapso, mas não tem problemas de maior. Sr. Carlos Cosmelli, não se esqueça que a acta já está assinada por todos os que tomaram posse, por isso é que foi uma acta especial e portanto algumas alterações serão difíceis de contemplar. Não havendo mais alterações a acta n.º1 está aprovada?

*(A Assembleia, com as abstenções por parte dos três elementos em substituição por não terem participado na sessão anterior, deu por aprovada a acta nº 1 contemplando a alteração expressa e solicitada pelo membro José Alves Coelho.)*

**Presidente da Mesa:** Ainda aqui antes do período da ordem do dia, eu queria dar conhecimento de uma circular que recebi da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e da qual dei conhecimento aos líderes da bancada para os efeitos tidos por conveniente. Foi o único correio chegado aqui à assembleia. E agora, já no decorrer desta sessão, recebeu a mesa, foi dada entrada, um documento do Sr. António Chito Pereira, representante do CDS-PP, e que eu vou passar a ler:

*“Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém: é com prazer e com o mesmo espírito de interesse público que irei desempenhar o meu lugar na bancada da coligação PSD / CDS-PP. Continuarei a respeitar e a aceitar, como pretendi fazer como elemento do anterior executivo, tudo o que seja em benefício da nossa freguesia, sendo que por isso me obrigue em todos os actos e/ou assembleias a colaborar e a votar, conforme a minha consciência. Tenho 50 anos de trabalho no activo, e*

*entristece-me ver tantas guerras partidárias sem os suficientes resultados colectivamente positivos ou patrióticos. Gostaria de sentir em todas as pessoas que compõem estes órgãos da Freguesia mais sentido construtivo e menos interesses individuais ou partidários, dando assim elevação às reuniões de Assembleia, em benefício da população que nos elegeu.*

*Lisboa, 15 de Dezembro de 2005*

*António Chito Pereira*

Chegou também aqui à mesa uma recomendação da bancada do PSD / CDS-PP:

*“Ao Presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém: Tomámos conhecimento da alteração de serviço dos autocarros da carreira N.º 43 a partir do passado dia 26 de Novembro. De um horário já substancialmente reduzido, esta carreira funcionará apenas em horas de ponta e durante os dias úteis, conforme o documento anexo (que foi uma informação que está aqui anexa da carris). Sabemos tratar-se de uma carreira fundamental nas deslocações dentro da freguesia e para outras limítrofes, como São Francisco Xavier, ou Ajuda e Alcântara. Pensamos que as alternativas que são apresentadas pela Empresa Carris não são verdadeiras alternativas, pois não cumprem idênticos circuitos, de forma continuada. Para muitos dos fregueses, principalmente os utentes deste modo de comunicação dentro da freguesia, muitos deles estudantes na Escola Secundária do Restelo, esta alteração trará grave prejuízo e atraso nos percursos usualmente efectuados. Assim solicitamos que seja dado conhecimento desta situação em Assembleia e ao Executivo da Freguesia a fim de se providenciar junto da Empresa Carris o restabelecimento da carreira nos moldes anteriores ou uma solução alternativa adequada aos diversos utentes.”*

Penso que é do interesse desta freguesia realmente a manutenção da carreira 43. Muitos de nós, se calhar agora não, mas muitos de nós utilizaram-na frequentemente, é uma carreira que atravessa aqui a nossa freguesia, portanto eu propunha aqui a votação da Assembleia, se consideram dar continuidade a esta recomendação ou não.

**Alves Coelho:** Eu queria fazer uma intervenção relativamente a esse assunto e queria lembrar a esta Assembleia que já no mandato anterior nós apresentámos uma moção que punha em causa a forma como a Carris estava a gerir os transportes e em particular aqueles que atravessavam a nossa Freguesia. E, tenho só a lamentar que se tenha esperado tanto tempo para tomar posição, visto que a proposta que nós aqui apresentámos foi rejeitada. Lembrança à Assembleia que, portanto, isto não é um assunto de hoje, já se arrasta há largos meses e este é só a consumação daquilo que já vinda de trás.

**Fernando Costa:** Eu só queria esclarecer, eu só pedia um esclarecimento sobre o assunto que eu não entendi bem, só percebi que foi retirada a carreira 43, foi isso? É isso precisamente que eu pedia o esclarecimento.

**Presidente da Mesa:** Então eu passo a ler o boletim da Carris, que é, um aviso que foi colocado à disposição das pessoas para tomarem conhecimento dele:

*Alteração de Serviço, 26 de Novembro, Sábado – Carreira 43*

*No âmbito da optimização da oferta da Carris, a partir do próximo dia 26 de Novembro de 2005, Sábado, a carreira 43 passará apenas a funcionar nas horas de ponta dos dias úteis, deixando de funcionar aos fins-de-semana e feriados. O serviço é assegurado aos dias úteis durante o período fora das horas de ponta no eixo Cascais, Sodré, Belém, Pedrouços pelas carreiras 32, 14 e 15E; no Restelo pela carreira 28 e na ligação   Buraca pela carreira 50. Ao fim-de-semana e feriados os mesmos locais são servidos pelas carreiras 14, 28, 50 e 15E. Consulte os novos horários.*

Portanto, se não há mais intervenções eu punha   consideração dos presentes se consideram pertinente pedir ao Executivo que pressione a Carris e a quem mais de direito para tentar recolocar, digamos assim, a carreira 43, ou arranjar forma alternativa de não prejudicar os utentes.

**Alves Coelho:** (...)Só para aqueles que têm passe, porque um morador que não tenha passe tem que saltar de veículos e está a picar o cartão. Quer dizer, como é que é, portanto, uma viagem nesses eixos e a determinadas horas obrigar a apanhar 3 autocarros. Quer dizer, um morador que tenha passe não tem problemas, quem não tiver, gasta 3 senhas. A Carris, em alternativa, um morador se faz um percurso tem que ir com o mesmo bilhete até o final. Porque a interrupção, e não   só a questão de saltar, é que, de facto, a determinadas horas e dias das semanas não há transportes.

**Presidente da Mesa:** Exacto. Exactamente, era isto que estava aqui também referido, era de forma continuada e perde-se muito mais tempo. Dou a palavra ao Senhor Presidente do Executivo que quer falar sobre este assunto, penso eu.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado Senhora Presidente. Era só para comunicar, antes de mais peço desculpa, estou um bocado, enfim, adoentado, cheio de dores de cabeça, mas daí enfim... de qualquer forma o que eu queria dizer era o seguinte, sobre esta matéria:   normal recebermos essa informação c , da alteração da carreira 43, tomámos de imediato uma medida de remeter logo uma carta para a Carris a pedir uma explicação urgente sobre esse assunto, e não recebemos resposta. Mas de qualquer forma, achamos que também temos de tomar aqui uma posição clara, aliás os senhores membros da Assembleia de Freguesia se puderem tomar uma posição clara para enviarmos, quer para a Câmara, quer para o Governo, nomeadamente para a tutela dos Transportes a pressionarmos, e para a Carris, claro, para ver se insistimos, porque a Junta já fez isso mas a Assembleia de Freguesia mais força nos poderá também pressionar as diversas entidades, porque a Carris, de facto, presta um serviço público, tem de prestar um serviço público, não pode pensar só na parte economicista. Obrigado.

**Eduardo Lopes:** Eu penso que a questão é pertinente e terá que se tomar uma atitude, mas acho que se devia, pelo menos aqui, pelo menos uma moção de censura à Carris por interferir na nossa zona e não haver uma consulta prévia, por um lado. E por outro, parece que a Câmara tem alguma ligação à gestão das carreiras em parceria com a Carris, não tem? Deve ter! Eu acho que deve ter. E portanto que se deveria também junto desse departamento da Câmara, também uma moção da Assembleia no sentido de os pressionar para que para este caso e nos casos futuros a Autarquia, aliás, as Autarquias que são abrangidas pelo trajecto fossem ouvidas nessa situação. Esta é a minha proposta.

**Presidente da Mesa:** Senhor Presidente.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado. Não, portanto, vamos lá ver, a Câmara não tutela a Carris, a Carris é tutelada pelo Governo e ainda pelo Ministério dos Transportes. Há o objectivo, de facto, de num futuro breve, a Carris passar também a ser tutelada pela Câmara de Lisboa. Ainda não é, é um processo de que se fala há uma série de tempo. De qualquer forma, existe contacto sempre estreito, como é evidente, e a Carris, antes de fazer qualquer alteração destas deve ter sempre o acordo da Câmara, portanto também vamos ver o que é que se passou, nomeadamente porque a Junta não foi consultada, de facto. E eu quero saber se a direcção do departamento de tráfego da Câmara teve conhecimento disto, porque a própria Câmara tem um representante, se é que se pode chamar representante, na Administração da Carris, e portanto... não é um representante, mas é uma pessoa que faz uma ligação estreita nesta tutela, é do Ministério dos Transportes, do Governo, por isso é que eu acho que devíamos, realmente, às duas entidades que de alguma forma podem interferir na Carris, além da própria Carris, devíamos fazer qualquer coisa. Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Então vou pôr à votação uma moção da parte da Assembleia e do Executivo à Carris bem como um pedido de esclarecimento à Câmara e ao Governo sobre esta questão e alternativas concretas e fiáveis em relação ao restabelecimento pelo menos dos circuitos aqui na nossa Freguesia e nas Freguesias limítrofes. Quem vota a favor?

*(A Assembleia manifestou por unanimidade a aprovação da moção apresentada.)*

**Alves Coelho:\*** ...Saber uma coisa, estamos no período antes da ordem de trabalhos, a seguir é que vamos aprovar o regimento. O regimento permite depois que a população faça intervenções, portanto o que eu sugeria era que a seguir, a essa aprovação, se possibilitasse a entrada, quer dizer, há aqui... porque eu pensei que iríamos aprovar primeiro o regimento mas afinal entrámos no período antes da ordem de trabalhos. Portanto, de forma a contemplar já nesta Assembleia a possibilidade dos moradores, terminado o período antes da ordem de trabalhos, feita a aprovação, concedia-se um período de intervenção para a população, de forma a dar conteúdo nesta Assembleia já a esse manifesto que foi unânime por parte dos membros da comissão que redigiu o novo regimento: possibilitar a intervenção da população no início das sessões.

**Presidente da Mesa:** Eu por um lado concordo com a sua preocupação, e foi uma das coisas que nós falámos em comissão que reviu o regimento, mas também foi dito nessa comissão que uma vez que esta era a primeira reunião e que eventualmente se colocaria essa prática e que a população não estaria devidamente informada sobre a possibilidade de participar no início da sessão e no final da sessão, isso não seria considerado nesta primeira sessão, mas a partir de agora, portanto, será dado conhecimento ao público de que haverá essa possibilidade e que, nas próximas sessões, poderá ser logo aplicada.

**Avelino Cibrão:** Bom, o que estava, o que, penso eu, que ficou, porque houve ali depois umas intervenções um bocado baralhadas e as coisas baralharam-se um bocado, mas, era que mesmo na primeira, embora a situação não estivesse muito clara, porque era preciso dar conhecimento à população, mas que aí se poderia eventualmente abrir um... não é um precedente nem uma excepção, mas era dar a possibilidade da população intervir aqueles que estivessem, porque aqueles que não estivessem, que viessem mais tarde só para intervir, então dar-se-ia essa possibilidade das pessoas que viessem ainda intervir, porque estão habituadas a intervir no fim.

**Presidente da Mesa:** Então vamos entrar aqui numa fase de consenso e o período que seria dado era de meia hora, eu vou só dar quinze minutos, se tiver alguma participação agora, e portanto eu declaro abertas as intervenções...

**Alves Coelho:**...Em que isso tivesse sido feito no início, mas começou a dar as informações, saltou logo, não é?

**Presidente da Mesa:** Bem, isto realmente estas novas tecnologias às vezes são complicadas... está aqui o Dr. João Carvalhosa porque ele é que é o especialista aqui destes meios técnicos, realmente, antes de falar, só pode falar uma pessoa e tem que falar ao microfone, porque senão não fica registado e vai levantar confusões depois na transcrição. Eu fiz assim a ordem de trabalhos porque considero que é mais correcta, é um ponto que tem de ficar registado e que faz parte da ordem de trabalhos da primeira reunião. E daí eu ter colocado a apresentação do regimento no ponto 1 da ordem de trabalhos, e daí também a minha leitura de que a intervenção do público nesta sessão seria para o fim, porque estamos num período de mudança e portanto para evitar confusões por parte de práticas que foram seguidas ao longo de 4 anos e que agora, neste momento, são mudadas, é que não era dada a intervenção do público. Eu considero mais correcto seguir assim. Temos, ainda por cima, uma ordem de trabalhos extensa, mas acho que de qualquer das maneiras, então, o regimento tem que ser aprovado antes da intervenção do público porque senão o público está a intervir sem ter direito a isso porque o novo regimento não está aprovado, portanto isto aqui estamos aqui a entrar numa fase complicada em termos do prosseguimento da ordem de trabalhos...Efectivamente só depois do Regimento ser aprovado é que o público terá participação ou não, e neste momento nós já estaremos na Ordem de Trabalhos, e portanto teríamos que interromper a Ordem de Trabalhos para dar lugar ao público de falar e depois voltarmos outra vez à Ordem de Trabalhos. Por isso é que eu comecei e no seguimento da reunião que tivemos com a Comissão que fez parte da alteração do regimento por dizer que

nesta primeira sessão, e uma vez que era a primeira sessão, este procedimento se calhar não poderia ser utilizado. Em termos processuais, penso que esta será a forma mais correcta para não estarmos a interromper a ordem de trabalhos; aliás, temos uma ordem de trabalhos extensa, e portanto...Eu proponha que passássemos para o ponto em apresentação. A apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia.

**Alves Coelho:** Desculpe, mas antes da Ordem de Trabalhos eu tenho ainda uma questão a apresentar.

**Presidente da Mesa:** Só uma coisa, eu tenho que dizer que agora vai falar o Sr. José Alves Coelho, porque senão ninguém percebe nada.

**Alves Coelho:** Ora bem, eu tenho um documento para apresentar à mesa da Assembleia e que vou passar a ler:

*A Junta de Freguesia pretende que Santa Maria de Belém seja uma freguesia de referência na cidade de Lisboa. Ainda no último ano, por esta altura, se regozijava com um recinto de patinagem no gelo e com a árvore de Natal gigante instalados nos terrenos da Freguesia. Nós, CDU, também pretendemos que Santa Maria de Belém seja uma Freguesia de referência, mas pela qualidade de vida que proporciona aos seus moradores, em particular aos de menores recursos económicos. Isto só será conseguido se, como manifestámos nas nossas prioridades para a Freguesia procedermos à recuperação das casas camarárias e combatermos a degradação do parque habitacional. Santa Maria de Belém precisa de uma política de intervenção que reponha população nas zonas populares da Freguesia, dando prioridade aos descendentes dos actuais moradores. Para concretizar este objectivo, apresentamos algumas situações da zona de Pedrouços, onde as casas camarárias exigem intervenção imediata, antes que o Inverno chuvoso que se prevê para este ano conduza a situações dramáticas. Estas casas camarárias foram alvos de intervenções de fachada, mas os problemas de habitabilidade mantêm-se com as infiltrações nas paredes, nas empenas dos prédios, nas paredes interiores e nas escadas, e com janelas em mau estado de conservação. Assim, propomos que as primeiras verbas a utilizar no parque habitacional camarário sejam na Vila Seabra, N.º 8, no Pátio Velho e no Pátio Novo. Nestas casas camarárias vivem pessoas que têm tanto direito a uma habitação condigna como aquelas que possuem meios económicos para adquirirem na nossa Freguesia apartamentos e casas que custam milhões de euros. Para além destas carências aqui apontadas, aquilo com que nos deparamos fazendo uma visita à Freguesia com olhos de ver é a existência de grandes zonas abandonadas, com ruas e passeios em péssimo estado de conservação e casas desabitadas e emparedadas à espera da especulação imobiliária. Em anexo são apresentados alguns casos concretos do que acabamos de expor. Hoje trazemos aqui algumas situações com que nos deparamos em Pedrouços, mas nas outras zonas da Freguesia, o panorama é idêntico. Prometendo desde já na próxima reunião apresentar de forma detalhada alguns casos da zona da Junqueira, apontamos desde já a necessidade de uma intervenção nos acessos à Travessa Paulo Jorge onde a maior parte dos moradores são idosos e com dificuldades de deslocação. Não se compreende*

*como tendo tido lugar a repavimentação mal executada na Rua Alexandre Sá Pinto, esta não se ter estendido à Travessa Paulo Jorge. Solicitamos à Presidente da Assembleia que faça chegar à Junta estas nossas preocupações, agradecendo antecipadamente que na próxima Assembleia ordinária, nos seja dada resposta por escrito, esclarecendo sobre as verbas disponibilizadas, o tipo de intervenção e a calendarização das obras.*

Portanto, junto com este documento vão um conjunto de fotografias que mostram como se encontram as casas camarárias que eu acabei de mencionar, onde há situações desde moradores que não têm energia eléctrica colocada dentro de casa e os fios estão à porta há anos, onde há intercomunicadores que foram instalados mas nunca se fizeram as ligações, as paredes das escadas dos interiores estão todas degradadas, chove em muitas habitações e são casas Camarárias. No entanto quem passa lá, aquilo parece tudo muito bonito porque as fachadas são muito bonitas. Na Travessa...na Vila Seabra é o mesmo panorama, houve intervenção de fachada, mas as paredes têm fendas e chove nas casas dos moradores. Depois faço-me acompanhar por um conjunto de fotografias que ilustram, de facto, a degradação e o abandono em que se encontra toda aquela zona de Pedrouços. E a isso junto também uma situação que também gostava que a Junta também pedisse um esclarecimento à Santa Casa da Misericórdia por que motivo é que o Centro de Dia na Rua de Pedrouços está fechado há mais de um ano para obras quando a Santa Casa semanalmente recebe milhões nos jogos que patrocina. Outra situação de Pedrouços que também convém ter intervenção, e isso podemos depois falar mais à frente visto que faz parte do programa, que é a intervenção na Sede da Academia Dramática Familiar que se encontra num estado de degradação enorme, todo aquele espaço, penso que tem algum interesse histórico, a parte referente ao teatro e que está a ser degradada. Faço chegar à mesa...

**Presidente da Mesa:** Obrigada, está entregue e a Mesa fará chegar ao Executivo a documentação que nos chegou. Mais alguma intervenção ainda no período antes da Ordem do Dia? Senhor Presidente...

**Presidente do Executivo:** Eu gostava de dar aqui a palavra ao vogal que tem aqui o pelouro da habitação.

**Nuno Boneville:** Muito obrigado. Eu gostei muito deste documento que foi entregue pela CDU e realmente agora aqui no Executivo sou eu que tenho o pelouro das obras e da habitação. Acho apenas que esse documento está incompleto, porque apenas pede para fazermos obras nos locais que estão identificados, e eu gostava de saber o que é que vou dizer às pessoas que estão também em casas muito degradadas e que vêm pedir auxílio à Junta, porque gostava que a CDU também dissesse quais eram as casas onde nós não devemos ter intervenção. Porque se nos pede para termos intervenção só nessas casas e nesses locais, também nos deve dar a indicação daquelas onde acha que não devemos dar. E portanto agradecia que completassem esse documento, se fizessem favor. Muito obrigado.

**Alves Coelho:** Ora, nós... posso?

**Presidente da Mesa:** Sr. José Alves Coelho, tem que dizer o seu nome senão na fica para a gravação.

**Alves Coelho:** Não vale a pena... Portanto aquilo que nós temos a dizer é que todas as habitações da nossa Freguesia que estão em mau estado necessitam ser intervencionadas. Nós aqui damos prioridade às casas Camarárias que foram mencionadas porquanto há verbas que vêm especificamente para esse efeito, e portanto isto está definido como prioridade. Como concretização penso que, na medida do possível fazer intervenção em todos os locais. E por isso é que nós pedíamos a calendarização, porque o tipo e a natureza das obras que pensamos que é necessário efectuar poderá num ano não ser possível fazer a todos os moradores. Então é preferível fazer intervenções que resolvam os problemas, e mesmo que não seja em um ano, que se faça em mais tempo, mas que pelo menos resolva a situação às pessoas, e é isso que as pessoas se queixam, que não resolvem porque fazem pequenos remendos quando aquilo tem que ser intervenções profundas. É só isso, portanto, e estamos abertos a que façam intervenção em todas as habitações. É isso que a população pretende.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente da Junta...

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Senhora Presidente. Bem, vamos lá ver, nesse aspecto concreto, não é verdade que se tenha feito só arranjos de fachada. Nesses prédios que estão a falar, em causa, ali na Rua da Praia de Pedrouços, estivemos a arranjar os telhados, as paredes e vamos continuar a arranjar cada vez que se vai havendo necessidade em alguns casos concretos. Agora é evidente que não podem ser obras profundas, não estamos a enganar ninguém, é pequenas obras e reparações. É essa verba que nós temos para esse efeito, não é para obras profundas. Agora, o que aconteceu é o seguinte: neste momento, se analisaram o orçamento que hoje é apresentado, não sei se analisaram, espero que sim, neste momento ainda não temos, como é lógico... a Delegação de Competências da Câmara, agora para o próximo ano porque a Câmara está numa fase, neste momento, de arranque e nós também, as petições ainda estão a ser... a ter lugar na Câmara e portanto só lá para meados de Abril é que devemos ter, já nessa Assembleia a revisão do orçamento a fim com os resultados transitados e com as Delegações de Competências da Câmara já com o orçamento na sua globalidade. De qualquer forma temos para pequenas emergências, agora, para podermos actuar nos casos mais urgentes, como aliás estamos a fazer porque isso é de facto matéria da competência do Executivo, e não da Assembleia de Freguesia. Portanto, quem identifica as casas A, B ou C é o Executivo e não é a Assembleia de Freguesia, cada qual tem as suas funções próprias, como é evidente. E portanto nós agradecemos a contribuição do Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, tomámos a devida nota, mas temos outros casos, se calhar ainda mais urgentes do que esse e que nós no âmbito das nossas limitações iremos ver quais são as necessidades, como aliás temos feito sempre para resolvermos o problema às pessoas. E de maneira era essa informação que eu queria transmitir aqui à Assembleia. Quanto à Academia Dramática Familiar, é uma situação que nos tem desagradado bastante, que há muito tempo anda-se a arrastar e por acaso, mera coincidência, mas já recebi

separadamente, quer a Direcção da Academia Dramática Familiar, quer o Empreiteiro que estava a fazer a obra que desentenderam-se e há dinheiros no meio disto, quer da Câmara, quer da Junta de Freguesia, está a situação neste momento controlada, estamos neste momento a tratar do assunto, juntamente com as partes que estavam desavindas, o empreiteiro e a Direcção da ADF e também já falei com o novo Vereador da Câmara do pelouro da Cultura que já se mostrou disponível para ir também ver *in loco* o que se está a passar. Mas posso dizer que neste momento, ainda temos três das cinco prestações que tínhamos ficado incumbidos de dar à ADF, ainda temos três por pagar, estão retidas à espera que se entendam para continuarmos com a obra de cobertura para já, para aquilo não se degradar mais, e também temos o ponto de situação das verbas que a Câmara deu e que também ainda não estão cá, estão em poder da ADF, numa conta especial. Como esta situação estava-me realmente a desgostar, chamei-os cá e já temos os elementos que cada uma das partes me fez chegar para ver se agora com esses elementos, estou convencido que vamos resolver em breve e despoletar essa situação para que realmente se continue a obra, para já a mais urgente. Até depois levar lá o Vereador da Cultura para ver se se pode dar mais um esforço para uma parte mais substancial. Quanto à ADF, eram estas as informações que eu queria transmitir. Quanto à Travessa Paulo Jorge, de facto tive imensa pena de não... vai fazer para a próxima, está debaixo do nosso olho, como de facto havia aquelas promessas que tínhamos feito e que era para ser em 93 e não consegui em 93, como vos disse, foi com estas verbas da Feira Popular que lá se consegui que a Câmara conseguisse disponibilizar, quer para a Rua Alexandre Sá Pinto, quer para a Rua Domingos Tendeiro, quer para um bocado da Travessa da Torrinha e graças a Deus conseguimos cumprir isso a tempo dentro do prazo que nos tínhamos proposto até o final do mandato; foi muito em cima do final, mas conseguimos. Isso para mim foi muito importante, termos cumprido a nossa promessa. A Travessa Paulo Jorge não estava prometido, realmente também já tinha falado nisso, mas fica agora para este mandato, o mais rapidamente possível porque de facto somos os primeiros a reconhecer que aquilo está neste momento a entrar numa fase que não gosto muito, já a ficar um pouco em degradação e portanto queremos ver se para já damos ali o melhor arranjo àquele piso... agora, vamos também ser coerentes, quer dizer, se dizemos que está mal a Sá Pinto queremos também fazer a mesma coisa na Travessa Paulo Jorge? A Rua Alexandre Sá Pinto está impecável, e quando tem chovido muito, muito, muito têm tido o cuidado de ir sempre lá ver para ver se aquilo está a escoar bem e se está bem, e já está tudo bem, já mais ninguém se queixou, havia um problema de limpeza de uma obra que era a EPAL andava lá a fazer, essa questão está resolvida. Portanto, foi um êxito, é um êxito, quem quiser vá lá e veja. É evidente, agora, queremos ver quando tivermos verbas, fazer aquela Travessa Paulo Jorge, mas digo-vos uma coisa: só a Rua Alexandre Sá Pinto, não sou técnico, mas segundo me disseram os técnicos na altura, aquilo tudo poderia ter sido um arranjo à volta de 50.000 contos, foi a Câmara que pagou, é claro, mas de qualquer forma são obras caras que a Junta, realmente, não tem meios para isso mas providenciámos que a Câmara as trouxesse e penso que, realmente, está um trabalho bem feito. E os moradores estão muito contentes. Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção antes do período antes da Ordem do Dia?

**Alves Coelho:** Posso só? Não entrando em diálogo, eu posso só dizer ao Senhor Presidente...Portanto, o que eu posso dizer é que, na próxima Assembleia, eu hei de trazer uma reportagenzinha também sobre este êxito da Rua Alexandre Sá Pinto e da Rua Domingos Tendeiro, onde quero lhe lembrar que continua levantado, quer dizer, aquelas imagens que vêm junto ao Largo do Figueiredo no boletim da Junta já não estão actualizadas, porque há mais de um mês que o pavimento está levantado, prejudicando a circulação, é porque eu disse que foi mal feito porque taparam as entradas dos esgotos e depois tiveram que ir destapar e agora está aquilo destapado e com uma cercazinha à volta e portanto dificulta a circulação. É bom passar por lá e ver, mas eu trago-lhe, deixe estar, para a próxima Assembleia.

**Eduardo Lopes:** Bloco de Esquerda. O que se passa é o seguinte: eu parece-me que é evidente que na Freguesia a diferença, entre a parte financeiramente boa da Freguesia e a parte carenciada é bastante evidente. Está bem dividida, está bem tipificada, só não sabe quem não quer ou quem não anda na rua para ver. É evidente que a parte monumental da cidade é necessária até para a imagem turística, etc., mas não podemos esquecer que os esforços da Freguesia e do Executivo e desta Assembleia que também se esforça e tem os seus direitos de se pronunciar e de fazer valer as suas posições porque tem um estatuto de oposição que lhe permite fazer isso e tem, como é que hei de dizer, tem a... tem que saber, tem que ser informada, tem o direito de ser informada por tudo quanto se passa. Não é o executivo dizer que faz, faz mas tem de informar. Porque os direitos da oposição que não fazem parte do Executivo têm o direito de ser informados e ser auscultados sobre aquilo que se vai fazer. Não têm o direito de executar, mas têm o direito de ser informado de tudo quanto se vai passar e o que o Executivo pensa fazer. No plano até devia ser chamado anteriormente para se pronunciar, para ser informado daquilo que se iria fazer. Mas a questão é, se, como foi um elemento do executivo que não sei o nome, não importa, que disse que não sabia, se tem o pelouro das obras, só tem mais é que saber. Não pode vir aqui dizer que não sabe quem são as pessoas e as outras que não faz as obras. Tem mais é que definir as prioridades. Ver casa a casa, porque senão não se candidatava para isto, não é? Seria para outra coisa. Portanto, tem obrigação de fazer um levantamento casa a casa e começar por aquelas casas que estão mais carenciadas. E eu não tenho dúvida que a zona referenciada aqui pelo elemento da CDU é uma zona que está, e que conheço há muitos anos, também moro naquela zona, porque são as zonas da periferia e deslocadas do meio monumental da Freguesia, são as mais abandonadas. E até podemos dizer que da linha do eléctrico para baixo ainda pior. Portanto, é preciso que a pessoa que está no pelouro tenha... interiorize que está cá para ver exactamente isso e saber como começar a aplicar os dinheiros, que até me pareceu que no orçamento que vi não seriam tão bem distribuídos no sentido de socorrer as pessoas carenciadas, não no sentido de fazer a esmola ao pobrezinho. No sentido de que as pessoas são cidadãos e que têm direitos, e esses direitos têm de ser cumpridos por nós, que somos os elementos eleitos para isso. Era só.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Dou a palavra ao Senhor Presidente, se quiser responder.

**Presidente do Executivo:** Eu estava a ver se não se demorava muito tempo com estas questões, mas estou a ver que de facto não podemos ficar calados, quem cala consente, estava a ver se não falava, mas de facto há limites e de facto, quer dizer, uma pessoa fica estupefacto, as pessoas acharem que as nossas intervenções foram só nos sítios mais emblemáticos da Freguesia. Até pelo contrário, até tivemos o cuidado de fazer nas zonas mais esquecidas, a Alexandre Sá Pinto é das zonas mais esquecidas, mais na periferia da Freguesia. Ali na Rua da Praia de Pedrouços a mesma coisa, a Travessa da Torrinha a mesma coisa, quer dizer, estou a falar de uma série de sítios que são zonas de gente mais carenciada até, tentámos criar um ambiente melhor possível nessa zona, portanto aí não percebo, mas penso que não é para perceber, porque isto hoje, de facto, é a primeira Assembleia de Freguesia e a prova disto, que não é para perceber, é que hoje o objectivo principal, e é isto que nos traz aqui hoje, fundamentalmente nos termos regimentais, é para aprovar um orçamento e um plano de actividades para o próximo ano e sem isso não há ferramentas para fazer nada. E reparem só isto, e quero que a população tenha isto em devida conta, e os senhores membros da Assembleia de Freguesia, e notem, registem seguidamente isto: ainda não estamos a apresentar hoje estes instrumentos para serem apreciados e eventualmente aprovados por esta Assembleia para podermos depois ter instrumentos para executarmos certa política e já estamos a levar, passo a expressão, “bordoadada” neste momento, quando ainda nem temos meios para actuarmos, como deve ser, estamos a tentar criar condições para avançarmos para um novo mandato de 4 anos. Penso, é lógico, é óbvio, a maioria da população sabe que cumprimos, de uma forma geral o nosso programa, nas grandes linhas, por isso, daí, o resultado que recebemos e a prova de confiança que recebemos da população desta Freguesia e da cidade de Lisboa também em geral. Portanto, não se percebe, quer dizer, já começam, de uma forma que eu não considero que seja muito construtiva com isto tipo de insinuações e de intervenções. Porque de facto, deixem-nos realmente organizar a casa, e aí estamos hoje a pedir aos senhores membros da Assembleia de Freguesia que tenham em devida conta os nossos planos de actividades e o nosso orçamento para então depois começarmos a actuar, e nessa altura então já tem alguma lógica começarmos a questionar acerca do que fazemos e do que não fazemos. Ainda não temos os instrumentos já estamos a levar, quer dizer, isto é inadmissível. Portanto, não queria deixar passar isto, de qualquer forma, como de facto se passou aqui uma questão que eu nem...mas pronto, o Senhor responsável aqui pelo pelouro da habitação pediu-me para intervir, se não se importa eu passo-lhe a palavra.

**Presidente da Mesa:** Pedia só para sermos rápidos porque se está a esgotar o tempo do período antes da ordem do dia.

**Nuno Boneville:** Muito obrigado, Senhora Presidente. Eu era mais em resposta directa ao Sr. Eduardo Lopes, que nos conhecemos só agora, eu já estou ligado aqui ao... para já nasci aqui na Freguesia, conheço bem a Freguesia, vou fazer 66 anos, já conheço a Freguesia há 66 anos. Depois estive aqui diversos anos no

executivo da Junta de 82 a 90, se não me passa a memória. Já nessa altura nós, as nossas preocupações eram com estas zonas, com a Rua Alexandre Sá Pinto, com estas todas que falámos. Já passaram não sei quantos executivos por cima de nós, e continuam as mesmas preocupações. Não acredito, e também não acredito concerteza, que os outros executivos não se preocuparam com esses factos. Agora, a Junta não tem possibilidade de fazer tudo o que gostaria porque as verbas não o permitem. Realmente ainda não temos a Delegação de Competências agora para este ano da Câmara, portanto não podemos saber bem, mas por exemplo, já uma série de casos apontados pelo Sr. José Alves Coelho, eu já visitei essas casas, já tenho orçamentos, já estão coisas para ser resolvidas, por exemplo, agora, dêem-nos o crédito de que nós estamos aqui a tentar fazer o melhor possível, e podem acreditar que nos preocupamos muito com a população mais carenciada da Freguesia. Era só isto, portanto, concerteza que uma pessoa vê uma casa e pensa que essa está a pior de todas, se calhar não está, e todos nós, todos os membros da Assembleia de Freguesia e do Executivo também estamos aqui concerteza para nos preocuparmos com a população mais carenciada da Freguesia. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Passo a palavra ao Sr. Carlos Cosmelli, que já tinha pedido a palavra.

**Carlos Cosmelli:** Eu durante este mandato é obvio que não terei a mesma complacência que tenho tido, que tive ao longo do mandato anterior. E há coisas que quando realmente roçam o termo de serem menos verdadeiras eu terei sempre de intervir. Sr. Presidente veio como um acto de grande coragem o alcatroamento da Rua Alexandre Sá Pinto, estava previsto precisamente para o primeiro ano de mandato no plano da Câmara Municipal. É só o Senhor ver no primeiro ano do mandato do orçamento da Câmara Municipal estava previsto precisamente. Lembrar-lhe que a Rua Alexandre Sá Pinto comparada com a da Junqueira, com a Avenida da Torre de Belém, comparado com as ruas todas desta Freguesia foram feitas nos 12 anos de mandato em que eu presidi a esta Junta, oh Senhor Presidente, não continue a dizer que lhe falta a chave de parafusos quando obviamente hei-de de lha dar. Obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Passo a palavra ao Sr. Alves Coelho.

**Alves Coelho:** Eu era só para lembrar que no documento que foi entregue, se dizia muito claramente no último parágrafo: "Solicitamos à Senhora Presidente da Assembleia que faça chegar à Junta estas nossas preocupações, agradecendo antecipadamente que na próxima Assembleia ordinária nos seja dada resposta por escrito, esclarecendo sobre as verbas disponibilizadas, o tipo de intervenção e a calendarização das obras." Portanto é tão simples! Portanto, o Executivo executa, agora a Assembleia tem o direito a saber. E nós sugerimos zonas de intervenção e o que pedimos é que nos digam, daqui a 3 meses, o que é que se pensa fazer e como está calendarizado, não estamos a pedir uma resposta agora nem estamos a impor nada. Portanto, que não seja dito que estamos a impedir que se trabalhe ou a exigir que as coisas estejam feitas. Estamos a apontar!

**Presidente da Mesa:** Bem, eu acho que isso ficou bastante claro na leitura do documento, Sr. Alves Coelho. Eu vou só dar palavra ao Sr. Presidente e relembro que está quase a esgotar-se o tempo do período antes da ordem do dia.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sra. Presidente! É só para dizer que, com base no princípio da igualdade, obviamente que eu responderei por escrito se receber um pedido por escrito. Se receber um pedido oralmente, responderei oralmente na Assembleia de Freguesia, na próxima. Era isso que eu queria transmitir. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Mais alguma intervenção em relação a isto? Mais nenhuma? Então penso que nós podemos agora, neste momento, dar entrada na ordem do dia, e o ponto n.º 1 é “Apreciação e votação do regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém para o quadriénio de 2005-09”. Foi criada uma comissão para revisão e actualização do regimento que esteve em vigor nos últimos 4 anos. Dessa comissão integraram para além de eu própria o Sr. Avelino Cibrão, o Sr. Alves Coelho, o Dr. Pedro Saraiva e o Sr. Chito Pereira, e fizeram-se muito poucas alterações. As alterações que foram feitas foi no Artigo 1, portanto em relação à tomada de posse, no Artigo 60, n.º 2 e no 61, n.º 3. De qualquer das formas eu quero também lembrar os senhores membros da Assembleia que há 2 pequenas gralhas que inclusivamente já vinham de trás e que passaram, são aqueles erros de simpatia, e que é na página 5, no Artigo 9, no n.º 3, onde se diz: “O renunciante é substituído no termos do n.º 1 do Artigo 10.º”, não é 10.º mas é do Artigo 11.º. Portanto, isso é uma gralha e já vinha de trás. E na página 13, é só uma questão de nomenclatura, no n.º 2, está no início “Presidente da mesa”, “mesa” está com letra minúscula, passará, obviamente, a ser com letra maiúscula. Portanto, na página 13, Artigo 31.º, n.º 2. Portanto, estas são pequenas gralhas que foram detectadas, possivelmente haverá uma ou outra que sobre, inclusivamente algumas delas já vêm de anos atrás. Eu penso que podemos passar já à votação do Regimento. Se não houver nenhum pedido de intervenção... Quem vota a favor? Ninguém vota contra, portanto está aprovado por unanimidade e a partir de agora este é o novo Regimento. A pedido também da Comissão que integrou esta redacção deste novo Regimento, vão ser colocados aqui na sala nos dias das reuniões 2 ou 3 exemplares do Regimento para eventual consulta por parte do público, se estiver interessado em tomar conhecimento de quais são os termos em que a Assembleia funciona, portanto são só meramente para consulta... Como? Também podemos pôr na Net e portanto qualquer pessoa terá acesso ao Regimento da Assembleia.

Sendo assim, passamos de imediato ao Ponto 2: “Apreciação e votação do Plano de Actividades para o ano 2006, Orçamento para 2006, Plano plurianual de Investimentos”. Antes de darmos palavra aos membros da Assembleia, penso que será conveniente o Sr. Presidente fazer uma breve introdução ou apresentação dos documentos. Penso que todos tiveram acesso a uma substituição dum plano plurianual de investimentos que vinha com uma gralha e que me foi pedido para ser distribuído, todos tiveram a nova versão desse documento. Sr. Presidente...

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sra. Presidente! Ora, aquilo que vos peço, portanto, aos Srs. membros desta Assembleia, é que possam aprovar estas medidas que nós nos propomos continuar a fazer; trata-se de um novo mandato,

na sequência do anterior de 4 anos, como é evidente, com algumas medidas novas, outras que poderíamos já ter querido ter executado antes, não conseguimos, e vamos tentar executar neste, mas o que é certo é que é um plano integrado nos diferentes domínios, sempre em concertação com a Câmara Municipal de Lisboa, obviamente que tem medidas próprias e nós complementaremos com outras, vamos tentar também, através da figura da delegação de competências ter o máximo de delegação da Câmara nesta Junta, em diferentes domínios, pelo menos manter os que já tínhamos e aumentar as verbas e temos indícios de que isso virá a acontecer. E até noutro tipo de situações, tentar melhorar com base na questão de, de facto, uma Junta de Freguesia ser a entidade que trabalha mais junto da população, da autarquia. Vou dar um pequeno exemplo, por exemplo, na ocupação do espaço público, é um pouco caricato ser a Câmara Municipal de Lisboa através do pelouro da Direcção Municipal do Ambiente Urbano, por exemplo, a autorizar pequenas floreiras em frente aos restaurantes e coisas do género. Isso deve ser a própria Junta de Freguesia que está no terreno e que tem de ter essa delegação de competências da Câmara. E portanto, sem que a nova equipa que está na Câmara e que está receptiva a estudar essas questões e outras que possam facilitar a vida às pessoas, e de facto, também dar mais competências, nesse sentido, às Juntas de Freguesia. De maneira como, se repararem no próprio orçamento, há aí algumas verbas, que me vão perguntar por que é que estão apenas com 1 euro, foi precisamente algumas rubricas, foi precisamente para as não fecharmos porque agora, como estamos a aprovar este orçamento para o próximo ano, mas é um orçamento que vai ter de ser necessariamente revisto, portanto, na próxima Assembleia que vai ser em Abril, onde já transitados os resultados deste ano para o próximo e onde já com a figura da delegação de competências da Câmara e onde também já recebemos verbas, entretanto, quer da Câmara, quer da DEGAL, do Governo Central, nessa altura, já teremos um orçamento já mais de verdade, aliás, não estou a dizer que o orçamento não é todo verdade, mas já temos os meios mais adequados para fazermos desde já uma situação mais verídica, orçamentalmente falando, da situação. Portanto, para já e de qualquer forma, agradeço-lhes que dêem a vossa aprovação às nossas propostas, porque são, é fundamental para nós para podermos de imediato continuarmos a trabalhar já, o mais rapidamente e em força. Já estamos a trabalhar, mas dar-nos-ia mais alguma tranquilidade já termos esta base do orçamento, portanto, este primeiro orçamento e o plano de actividades em grandes linhas aprovadas. Portanto, não há grandes inovações, há algumas, mas de qualquer forma o nosso objectivo, de facto, mais do que grandes acções, queremos que as pessoas sintam que têm autarcas que estão junto delas e que dão muita atenção aos problemas de cada um, problemas concretos, que podem às vezes parecer os pequenos problemas mas que são problemas muito importantes para a vida de cada um. E é nisso que nós vamos tentar estar muito atentos, personalizar, pessoalizar também a nossa relação no dia-a-dia com as pessoas. Temos no Executivo, neste momento 5 pessoas muito empenhadas que decidimos, vários de nós, darmos muitas horas aqui, durante o dia, aqui à Junta até disponibilidade das nossas próprias vidas pessoais, alguns de nós agora estão com mais tempo para estar, dedicar mais à Junta de Freguesia, e portanto estou bastante... com muita esperança, de facto, que a nossa actividade possa beneficiar com uma maior assiduidade a população agora aqui uma maior atenção aos problemas. Portanto, em linhas gerais o que

lhes pedia era, portanto... o nosso programa diz, abrange várias áreas, como é evidente. Não nos podemos esquecer da nossa dimensão, mas já se pode fazer coisas interessantes, como aliás se tem verificado na prática, e uma das coisas que nos alegra é, de facto, as pessoas já começam a sentir que não nos limitamos... uma Junta de Freguesia, a ideia que se tinha era que realmente só se passava atestados, geralmente, como havia antigamente. Hoje em dia já começam a haver alguns orçamentos, e nós já movimentamos umas verbas significativas que já começa a ser, de facto, importante, e sentimo-nos úteis à vida da população em geral, especialmente os mais desfavorecidos. E eu noto isso muito numa Freguesia que tem gente muito idosa e em que existe muita pobreza envergonhada, mas pessoas que conseguem viver mesmo assim com muita dignidade e fazer muitos sacrifícios, nós conhecemos vários casos e sabemos o quão importante é para essas pessoas uma Junta de Freguesia que dedique a sua atenção a esses problemas de acção social. As próprias colectividades também, de uma forma geral, sabem que podem continuar a contar connosco. Cada vez mais são como se fosse, continuo a dizer, o prolongamento desta nossa Junta de Freguesia, contamos com elas e também sabemos que somos determinantes para a própria existência delas e desenvolvimento da sua actividade em prol das populações. Grande parte das colectividades aqui existentes, se a Junta as deixasse de apoiar, estou certo de que morreriam, portanto nós não vamos deixar de fazer isso porque reconhecemos uma importância primordial à actividade das colectividades. De maneira que, depois destes 4 anos que para nós e que pelos vistos para a grande maioria da população foi positivo, foi positivo e é agradável, posso falar como Presidente da Junta, sentir o quanto as pessoas gostaram da nossa actividade quando somos abordados na rua, isso é muito interessante e foi uma coisa que me agrada... havia quem dissesse que em Lisboa ninguém ligava nada aos Presidentes da Junta em Lisboa, isso era mais nas terreolas e tal, mas não, nós sentimos na prática que se de facto nos empenharmos, conseguimos desenvolver uma actividade que é importante para as pessoas, nomeadamente para aquelas mais desfavorecidas. E isso realmente dá-nos muito ânimo, portanto, a acção social vai continuar a ser para nós uma grande prioridade, continuo a dizer que isso para nós é fundamental, o ambiente e espaço verde isto é qualidade de vida, aquilo tudo que está fora das nossas casas e que quando chegamos à rua... a higiene urbana, tudo isso é importante e são matérias que para uma Junta de Freguesia é fundamental; pretendemos desenvolver, por exemplo, o projecto de Voluntariado nestas duas grandes áreas, por exemplo, nessa parte social, com jovens e outros menos jovens que se dediquem a visitar, por exemplo, as pessoas que estão acamadas, ou que estão doentes em casa sem poderem sair, periodicamente, quer dizer, uma palavra amiga é sempre importante. Também na parte do ambiente e espaços verdes, também temos aí já um projecto bastante interessante de uma espécie de zeladores do ambiente e dos espaços verdes, que andam a ver o que é que está mal, o que é que falha, o que é que está estragado, para arranjar e não se deixar as coisas degradarem. E portanto, isto na nossa área de Freguesia vai ser uma realidade, como já está aliás a ser. Havia pessoas que, por exemplo, não acreditavam, quando estivemos agora a fazer essas intervenções, agora, aliás numa parte muito emblemática, na Rua Duarte Pacheco Pereira, que é uma das zonas, digamos, mais centrais aqui da Freguesia, onde há vários comércio e, de facto, neste momento é um conjunto que

está protegido, aliás, pelo próprio IPPAR, nesta altura, e realmente tivemos um cuidado de arranjar aqueles espaços, que há bastante tempo estavam degradados e pôr novas plantas com relva; mas havia gente que nunca acreditava, diziam: “Ah, isso vai-se estragar tudo! Não façam isso, é perder dinheiro!” Estamos a provar que não é verdade, que isso não é perder dinheiro, temos de estar muito atentos, diariamente, à manutenção desses espaços. E de facto, estamos muito comprometidos nisso. O desporto para nós vai continuar a ser, porque realmente é uma escola da vida, e a prática desportiva é fundamental para todas as idades, não é... hoje em dia ainda por cima quando não há grande desporto nos liceus, acho que é importante apoiar as colectividades para elas poderem também ajudar à prática do desporto, e as Juntas aí, acho que é fundamental... aqui, pronto, já tínhamos aliás, antigamente, O Belém Volei, que continua a ser um sucesso, e conseguimos arrancar com uma nova iniciativa que é o Rugby Belém numa Freguesia que é, de facto, uma freguesia emblemática no Rugby, nomeadamente através do Belenenses, e de facto sempre a considerámos uma modalidade muito praticada aqui, por exemplo, também conseguimos institucionalizar durante um ano sempre isso. E de maneira que... portanto, a questão do espaço público é para nós muito importante, eu não me vou demorar muito porque está tudo aqui, nas nossas grandes linhas está no plano de actividades, e está aqui no orçamento, mas o meu colega estava-me aqui a fazer um sinal e explico-vos por quê, pronto. É que isto é pago à hora, esta aparelhagem e passar para as actas e tal, é pago à hora. As transcrições, pois, é pago à hora e portanto, quanto mais demorado for, mais vamos ter de pagar. Mas pronto, isso era uma graça. Mas de facto achámos que era importante o investimento, porque de facto, assim podemos retratar melhor a verdade do que se passa aqui e não era fácil, assim facilita a vida das pessoas. Portanto o que eu lhes peço é que realmente nos dêem o vosso... a vossa aprovação para estas grandes linhas do nosso programa, para depois irmos resolvendo os casos concretos que depois vão surgindo além destas grandes linhas, e estaremos aqui à disposição também, como é natural agora, para podermos ir respondendo a algumas dúvidas que naturalmente devem ter sobre, aqui, casos concretos, exceptuando o plano de actividades, exceptuando o orçamento. Muito obrigado e era isto o que eu tinha para dizer para já.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada, Senhor Presidente. Então passamos ao período das intervenções. Quem se quer inscrever? Sr. Alves Coelho! Mais alguém? Se calhar perguntava já quem é que se queria inscrever e fazíamos depois por ordem. Sr. Alves Coelho, Sr. Carlos Cosmelli, Eng.<sup>a</sup> Maria João, Sr. Fernando Costa. Mais ninguém, portanto por esta ordem... dou a palavra ao Sr. Alves Coelho.

**Alves Coelho:** Ora bem, relativamente ao plano de actividades que nos é apresentado, é evidente que no aspecto formal, isto já nos planos anteriores, quer dizer, a maior parte das coisas que aqui são indicadas merecem o consenso, não é? Embora haja alguns aspectos que deviam ser mais concretizados porque é evidente que toda a gente está de acordo com a criação de espaços polivalentes, por exemplo para o lazer e para o desporto, é evidente que nós temos espaços na Freguesia que até têm história ligada à própria Freguesia e que nós somos da opinião de que deviam ser recuperados para a prática desportiva dos moradores

e também do Belenenses. Refiro-me em particular às Salésias que penso que devia de ser...não faz mal...a Freguesia devia tomar...pertence à cidade, pertence à Freguesia...não, isso...isso nós é que temos de tomar a iniciativa porque estamos em Belém e espaços conjuntos podem ser utilizados. Portanto, a Freguesia é que tem de tomar essa iniciativa. Por outro lado, as colectividades estão de facto a morrer, mas essa morte das colectividades não é mais do que o acompanhamento da morte da própria Freguesia e da cidade de Lisboa. Portanto, a cidade está a morrer devido à especulação imobiliária e à política de tirar da cidade de Lisboa os moradores, deslocando-os para a periferia, e isso é que é o problema principal da Freguesia, da degradação e do abandono. E nesse sentido, os moradores que estão na Freguesia, a maior parte deles são já bastante idosos. Daí que acho que devia haver um serviço de apoio domiciliário gerido pela própria Junta indo de encontro às pessoas que estão em casa e que precisam de apoio quer para ir fazer pequenas compras, etc. Esse serviço é que devia ser incentivado. E isso não está aqui contemplado, mas enfim, isso é um pormenor. Por outro lado, há alguns aspectos aqui que não percebo como é que aparecem, porque dizer “melhorar o sistema de projecto de policiamento de proximidade e falar na interligação com a PSP para incentivar o patrulhamento policial”, quer dizer, isto é não estar atento à realidade, não há nenhum patrulhamento policial na nossa Freguesia. Como não há nas Freguesias que estão aqui ligadas à Esquadra de Belém. Não é por acaso que, por exemplo, a Freguesia da Ajuda já está num processo de recolha de assinaturas promovido pela própria Junta no sentido de pedir ao Ministério da Administração Interna... pedir, exigir, que é a palavra adequada, a instalação de uma esquadra na Ajuda. Porque de facto a população é muito idosa e está virado ao abandono e o quadro policial da esquadra é diminuto. E portanto espero que, como neste momento... no mandato anterior, o Executivo nunca quis fazer pressão junto do Ministério da Administração Interna devido a ser a mesma cor política, mas espero que desta vez avance para exigir a colocação de mais quadros policiais para que de facto se possa falar em policiamento de proximidade, porque senão são só palavras num papel. É claro que estas palavras muito bonitas no plano de actividades, depois, quando nós olhamos para o orçamento que é aquilo que dá concretização ao plano de actividades, este orçamento não conduz a lado nenhum. Quer dizer, este orçamento, as verbas que aqui estão inscritas e o modo como está inscrito repete os erros dos orçamentos anteriores, porque uma pessoa que veja com atenção este orçamento, e eu gostava que estes documentos não estivessem só na posse dos membros da Assembleia, que se pusessem dois ou três exemplares nestas sessões, para que os moradores que aqui vêm possam acompanhar o que nós estamos a dizer, porque senão ouvem só. É que de facto as verbas aqui inscritas continuam a contemplar uma série de rubricas que não têm interesse nenhum para a maior parte dos moradores e são essas que de facto levam as grandes quantias que aqui estão indicadas. Aquelas onde pode haver algum reflexo sobre os moradores são verbas perfeitamente irrisórias. Portanto, é o que eu tenho a dizer.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Passo a palavra ao Sr. Carlos Cosmelli.

**Carlos Cosmelli:** Após ler o plano de actividades e não quero repetir aquilo que o meu colega da CDU já disse, mas realmente, depois de ler o plano de actividades

e ler o orçamento, há aqui...um dos dois documentos está errado de certezinha absoluta. Ou o orçamento não tem verbas que contemplem o que está no plano de actividades ou o plano de actividades não é para ser cumprido e as verbas que estão no orçamento serão para ser geridas de qualquer outra forma que não conforme o que está no plano de actividades. De qualquer das formas, eu algumas questões em que tenho aqui algumas dúvidas e nomeadamente na página 1, na parte de Acção Social, diz aqui: “Estudo sobre a viabilidade da instalação de uma creche berçário eventualmente na Escola 107, requalificando o edifício”. Vejo depois na página 4, onde diz “Educação, Juventude e Cultura”, “Requalificação de beneficiação geral da Escola do Bairro de Belém”. Que eu saiba, a escola do Bairro de Belém também se encontrava em certo plano da Câmara precisamente para há quatro anos atrás. E passaram quatro anos e não houve nada, não se viu obra nenhuma. A escola serviu de Sede da Junta, serviu agora numa situação de uma entidade que lá está, nem percebo por ordem de quem, mas tudo bem, isso é uma questão...agora, há uma questão de fundo: é que a escola, o espaço, o terreno da Escola 107 é melhor não se falar sobre a instalação de um berçário na medida em que aquela escola, aquele terreno foi doado para um fim específico, uma escola primária. Que os herdeiros e em determinada altura era eu então Presidente desta Junta, tentei falar com eles e saber da possível variação de fim daquela escola e me foi dito que no momento em que houvesse qualquer situação, que eles iriam exigir o direito de retoma do mesmo terreno. Por conseguinte, julgo que isto é uma questão que o Executivo deverá averiguar, saber, procurar, e então depois poder pôr o tal requalificar. Tenho também aqui uma dúvida e é uma dúvida célebre aqui no espaço onde diz, é na página 2, “Ambiente, espaços verdes, higiene urbana”, bem, higiene urbana, estes últimos quatro anos aqui na Freguesia foi um perfeito desastre. Não é que tenha acontecido algo de mal, é um perfeito desastre, não há nada que lhe valha. Mas em relação aos espaços verdes, eu gostava que o Senhor Presidente, é mesmo aqui ao lado, está a ser feita uma obra aqui no Hotel da Torre, eu já tentei telefonar para a Câmara duas vezes, tenciono em breve ir, se calhar para outras instâncias, na medida em que para a realização da obra capou-se literalmente um cipreste encostado ao edifício. Nada mau, é só passar a rua e ver-se. Cortaram ao alto um cipreste. E eu pergunto, que depois haja alguém que ponha num plano de actividades os cuidados, que eu sou o primeiro a defender, dos espaços verdes, como é óbvio, mas, deixar aquilo. Como aqui na parte “Obras”, enfim, não é que seja uma intervenção directa da Junta, mas julgo que também a vigilância sobre as obras diversas que se vão fazendo nesta Freguesia será uma boa prestação de serviço aos munícipes e eu tenho ouvido dizer que o Hotel da Torre, encostado ao Mosteiro dos Jerónimos vai subir dois pisos. Tenho ouvido dizer, não tenho a certeza, nem acredito que o Senhor Presidente seja cúmplice de uma situação destas. Mas, gostava realmente que fosse tomada boa nota não só do cipreste mas também dos dois andares acima do que está, o que quer dizer que obviamente há aqui uma subversão de elementos. Quanto ao orçamento e ao plano, como eu já disse, depois de muito averiguar, não vejo... ou o plano está errado ou o orçamento está errado. Obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Maria João Faria...

**Maria João Faria:** Em relação ao plano de actividades, gostaria de focar na Acção Social o ponto que diz: “Reunir com o Centro de Saúde de Alcântara de novo a estruturar o novo Centro de Saúde de Belém, terreno já existente, preparando a proposta a apresentar às entidades competentes”. Eu gostaria que essa proposta também fosse apresentada à Assembleia para nós sabermos que tipo de proposta é. Porque já tem sido muita coisa falada sobre o Centro de Saúde, é uma extensão do Centro de Saúde de Alcântara, é particular como o Lucindo Ormonde na Assembleia anterior falou sobre o assunto, portanto gostaria de ter em concreto essa proposta a ser falada em reunião com o Centro de Saúde de Alcântara. Primeira questão. Segunda questão é em relação... também gostaria de saber, onde fala aqui no ponto: “Acompanhamento da actividade da Lisboa Ocidental SRU como é que está e em que pé está porque também a Assembleia nunca mais foi informada sobre esse assunto. Outro ponto é onde fala no acompanhamento da execução do projecto de empreendimento imobiliário do Bairro das Terras do Forno, também nunca foi apresentado à Assembleia esse projecto e portanto não sabemos o que consta desse projecto. Depois...das Terras do Forno, que penso que é um Centro Social, que nós não conhecemos, nada. Eu nunca o vi! Depois no trânsito, diz “Negociar com a Câmara Municipal para a abertura de um Parque de Estacionamento no Largo Luís Alves Miguel, local do Centro de Saúde até implementação deste”. Eu pergunto: não devem ter esperanças de abrir tão depressa o Centro de Saúde porque vão gastar dinheiro em fazer um parque no mesmo local onde é o Centro de Saúde. Depois, finalmente, não vejo no orçamento que o orçamento tenha...este plano de actividades não é suportado pelo orçamento, sabendo eu bem que ainda não há delegação de competências e portanto, em termos de investimentos e de despesas de capital, ainda não as podem fazer. Em qualquer dos casos, vejo que há aqui uma grande expectativa em termos de plano de actividades que não tem correspondência. Outra questão, não sei se podemos já começar a discutir o orçamento ou se estamos só no plano de actividades...Não? Estamos só no Plano de actividades. Pronto!

**Presidente da Mesa:** Não, é votado em conjunto, portanto se quiser pode já colocar as questões.

**Maria João Faria:** Pois, é que há aqui coisas que eu não consigo entender. E isto não tem nada a ver com delegação de competências. Comparando o ano 2005 com o ano 2006, nas despesas correntes, eu não entendo como é que as verbas do pessoal do quadro eram 35.158€ em 2005 e agora passam para 19.000€ quando o quadro pessoal creio que é o mesmo do que era anteriormente. Estou a falar do ponto 01.01.03 e do 01.01.01 a mesma coisa, também passou de 23.509€ para 13.000€. Depois no ponto de “Habitação, população carenciada”, acho uma verba ridícula de 5.000€. E gostava de saber o que é “Instituições sem fins lucrativos”: 14.000€. Por agora é tudo... deixe-me lá procurar que já passei de folha...estou à procura que eu já mudei de página...ah, é 04.07.01... “Instituições sem fins lucrativos”: 14.000€. Na página 3. Pronto, por agora é tudo.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Senhor Fernando Costa...

**Fernando Costa:** Ora, algumas das coisas que eu queria fazer na minha intervenção já foram aqui ditas, no entanto só queria chamar aqui sobre a questão do Plano de actividades, há aqui duas situações que acho que está mal apresentar, portanto, um plano de actividades em que diga que, no capítulo do trânsito, que se compromete a fazer o rebaixamento de pelo menos 10 passadeiras, 10 passadeiras para acesso a pessoas com dificuldades de locomoção. Eu parece-me ridículo estarem a pôr isto num plano de actividades, quando estão a quantificar, estão a quantificar o número de passadeiras que vão fazer nas passagens de peões para os chamados deficientes. Penso que era preferível terem eliminado essa quantificação e dizerem que iam fazer o rebaixamento das passadeiras para peões para acesso às pessoas que têm dificuldades de locomoção. Agora quantificar acho que é de certo modo um bocado ridículo estar a pôr isto aqui num Plano de actividades. Aliás, a minha perspectiva seria de que deveriam fazer o rebaixamento dessas passadeiras pelo menos em cada rua, em cada rua da Freguesia, pelo menos uma em cada rua da Freguesia, e não estar aqui agora a pôr “10 passadeiras” com a área geográfica que a Freguesia tem, estarem aqui a limitar, portanto, a feitura de 10 passadeiras. E assim como também em contra-análise, falam aqui do aumento da Feira de Antiguidades em cerca de 10 lugares. O que é que isto tem de como actividade da Junta de Freguesia, só para aumentar a rentabilidade. Pois, a mim me parece que a rentabilidade não está a ser compatível com a qualidade porque na realidade a Feira de Antiguidades quando foi inaugurada e durante uns tempos estava realmente uma Feira com uma certa dignidade, e bonita e qualificada. Actualmente está, portanto, não sei se algum dos membros da assembleia lá tem passado, ultimamente põem além dos toldos que era aquilo que era exigido pela Junta de Freguesia, para nos sítios que tinham sido alugados, já põem chapéus-de-sol de várias cores, os artigos que eles põem, que eles levam para vender já são espalhados na rectaguarda, ocupando mais que o espaço que foi alugado, portanto acho que no aspecto da Feira das Antiguidades, a qualidade que teve no seu início que deixou de existir e portanto também não estou de acordo em que vão aumentar em 10 lugares, só pensando portanto na rentabilidade e não preservando a qualidade que a Feira devia ter. Quanto aqui ao orçamento, acho que também entram um pouco em contradição quando foi feita aqui a exposição pelo Sr. Presidente em que falou repetidas vezes, preocupando-se com os mais carenciados, os mais carenciados, aplicou essa frase uma série de vezes, e quando vamos aqui olhar para o orçamento, portanto, as verbas com maior valor orçamentadas não são para os mais carenciados. Fala aqui na “Habitação para a População carenciada”: 5.000€, e depois em contrapartida, “Trabalhos de investigação sobre a Freguesia”: 10.000€. Ora então, está-se a dar prioridade aos trabalhos de investigação sobre a Freguesia, que também desconheço o que é a investigação, está-se a dar mais...orçamentar mais verba para os trabalhos de investigação do que, então, à população mais carenciada e que precisam de obras na sua habitação. Depois tem aqui uma série de verbas que eu acho excessivas em que, em “Comunicações” está a orçamentar 28.000€, em “Representação dos serviços”: 8.000€. Penso que esta representação dos serviços são as famosas ajudas de custo que foram faladas aqui no anterior mandato. É a página 2, nas despesas...2.2-02.11, 2-02.09...Posso continuar? É aqui também orçamentado, ainda não entendi, espero depois que me expliquem, eu penso que a Junta de Freguesia continua a ter, portanto, uma advogada, tinha

saído, mas que depois voltou e portanto já cá está novamente, e depois é aqui orçamentado, não sei se é para o pagamento dessa advogada, “Assessoria jurídica”, estão aqui orçamentados 100€. 100€, 20 contos, não sei, penso que não deve ser a verba destinada, portanto, ao pagamento da Sra. Advogada. Com respeito àquilo que também aqui já foi falado, no anterior mandato, acabamos por ver aqui para “Assessoria Jornalística” orçamentado 6.000€ e para o Boletim, 30.000€, portanto somando tudo isto dá 36.000€, fora o resto das despesas que existem, portanto acabamos por chegar à verba que tínhamos falado em que é à volta de 1.000 contos, falando no dinheiro antigo, que se gasta por mês, nesta Freguesia, na edição de um boletim. Isto foi criticado, portanto, por nós no mandato anterior mas continua-se a ter o mesmo procedimento em esbanjar o dinheiro, portanto, desta forma. Tenho aqui os “Outros”, que também não sei o que é, 8.900€, diz “Outros”, gostaria de saber para...que orçamento... “Outros”, 02.02.14.09. Diz “Outros”: 8.900€. Desculpe lá, eu não entro em diálogo, eu estou a apresentar, estou a falar para a Sra. Presidente. Depois quem responder... Outra questão aqui também do orçamento, em que fala aqui que há um... que os trabalhos para a feira estão aqui orçamentados 16.000€. Ora, estes 16.000€ está igualmente representado também nas receitas da feira, portanto é precisamente o mesmo valor da receita é o mesmo valor que está orçamentado depois para a despesa, para os trabalhos para a feira em que se gastam 16.000€. Foi aqui dito que a feira já estava, portanto, já tinha abatido todo o investimento que houve e que nos dias de hoje, ou seja, actualmente, que a feira já estava a dar lucro, portanto não percebo por que é que estes trabalhos para a feira vêm orçamentados em 16.000€, havendo já lucro com a feira quando é efectuada. 02.02.20.01. Mais abaixo, no 02.02.20.03, vem novamente “Outros”, que também acabo por desconhecer o que é, orçamentados 14.000€. Queria também perguntar se no 02.02.25.13, onde diz “Projecto Heranças Portuguesas”, que estão orçamentados mais 5.000€ se isto não faz parte do tal trabalho de investigação sobre a Freguesia. Na página 3, no 07.01.03.02, vem aqui orçamentado para “Instalações Desportivas e recreativas” 5.000€. Mais abaixo, no 07.01.04.06, vem novamente “Instalações Desportivas e recreativas”: 5.000€. Portanto estão aqui 2 rubricas com o mesmo valor e com o mesmo destino. Gostaria também de ser informado sobre isto. E, portanto, aquele 03.07.01.02.03.02, em que também já falei, “Habitação população carenciada”: 5.000€, que acho bastante pouco, portanto, para uma rubrica destas. É só isto!

**Presidente da Mesa:** Obrigada! Está inscrito agora o Sr. Eduardo Lopes...

**Eduardo Lopes:** Bloco de Esquerda. O que eu queria dizer era o seguinte: em relação ao Plano de actividades para 2006, penso eu que o que deveria ter sido feito, e eu não vou fazer uma intervenção muito particular em relação às coisas, nem uma intervenção de fundo, e o que é que eu quero dizer com isto? O que devia ter sido feito era, dentro daquele espírito de quem não pertence ao Executivo dos representantes que não estão representados no Executivo, ter o direito a ser informados e participar. Este direito não pode ser tirado, deveria ser feito aquando da formação do Plano de actividades, o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, deveria chamar a oposição, por um lado para enriquecimento do próprio plano porque ouvidos os outros elementos que também têm a sua participação e também têm ideias para a Junta, deveriam ser informados do que

cada uma das coisas queria dizer, quais as ideias que aí estavam formadas e quando vindos para uma Assembleia destas, já estaríamos muito mais bem informados, estaria concertada um Plano de actividades muito mais rico e podia ter sido debatido e serem inventadas hipóteses e ideias novas para levar, para ser mais rico e a Freguesia ia beneficiar com isso. É evidente que não foi. É evidente que apresentam-nos...eu recebi isto, por exemplo, na sexta-feira, todo o expediente numa carta registada que não levantei na sexta-feira, vou levantá-la na segunda, vou levantá-la na segunda e tenho esta panóplia de documentação para ver. Para quem já esteve aqui na Junta da Freguesia, provavelmente, tem um passado histórico, conhece isto a cada momento e poderá mais depressa chegar aqui e dizer, ter uma leitura mais concreta disto. É evidente que eu não tenho, e digo que não tenho. É evidente que se isto fosse antes objecto do tal contacto, da tal reunião, que o Presidente chamasse cada um que não está representado no Executivo, cada Partido e conversasse com eles, o que é que se pretendia, o que é que esta rubrica queria fazer, o que é que era esta verba que lá estava, as coisas estavam muito simplificadas neste momento, não é? Agora, e também o que eu queria dizer é que, efectivamente, é representativo, mas eu acho que isto é uma ideia que ficará, que haverá uma tendência de deixar esta acção, esta planificação representativa e mais uma participativa, haver uma acção participativa quer no Plano das actividades, quer nos orçamentos. Pronto, seria mais transparente, seria mais rico...eu digo isto porque, por exemplo, fala-se aqui muito nas colectividades. Por acaso, já o Executivo pensou em fazer um Fórum das Colectividades, saber o que elas querem? Não sobrepor a elas, não dizer: "Tomem lá!" Não! Fazer um fórum, ouvi-las, saber o que é que querem. Fazer um plano, por exemplo, de segurança na zona, já chamaram a polícia, já chamaram as escolas, já perguntaram, fizeram um fórum para saber o que é que essas pessoas querem? Se calhar esse caminho participativo era muito melhor. Se calhar era muito mais rico, era muito mais fácil, as verbas a aplicar se calhar seriam muito mais correctas, portanto, é nessa perspectiva que eu dou, porque não tenho estes elementos, porque nem sequer tinha o orçamento do ano passado para poder fazer comparações, nem me foi dado... é claro que eu podia vir buscar, mas fui surpreendido na sexta-feira com uma carta lá que não pude levantar porque só chego à noite e os correios estão fechados, e depois na segunda vou levantar e depois tenho esta panóplia de documentos a que eu não posso dar resposta e nem vir para aqui armado, quer dizer, parece que... é claro que, não estou a dizer aqui que foi intenção de má fé, darem-me assim isto à última hora para eu não ter tempo de fazer coisa nenhuma, claro, não ponho nisto nenhum processo de má fé. Mas que realmente já são duas coisas que se situam... por um lado, foi não chamarem os Partidos não representados no Executivo para fazer uma avaliação do que se queria fazer, e por outro lado, foi num tempo muito curto para fazer isto tudo. Era só!

**Presidente da Mesa:** Obrigada! Eu aproveito só para lembrar o Sr. Eduardo Lopes que os serviços administrativos da Junta estão disponíveis e estão abertos para qualquer membro da Assembleia para esclarecer dúvidas, designadamente em relação a todo o material que lhe é enviado. Eu por acaso, em relação às convocatórias desta Assembleia, eu tive grande preocupação em que ela chegasse a tempo e horas porque havia documentação a ser lida e analisada e efectivamente a minha casa chegou na quarta-feira, portanto, meteram-se

feriados e não é uma altura fácil. De qualquer das maneiras o Sr. Eduardo Lopes sabia que a reunião de Dezembro trataria destes assuntos porque eu própria referi na primeira reunião. De qualquer das maneiras eu penso que será uma boa forma de actuação inclusivamente para a oposição marcar directamente uma reunião com o Executivo quando achar de direito querer discutir, intervir, participar, na produção de documentos, porque estamos aqui no fundo todos, uma grande equipa, a trabalhar para os fregueses da Freguesia de Santa Maria de Belém. E portanto, no fundo aquilo que nos move a todos é trazer algo de melhor para esta Freguesia. Agora também me parece que não vejo má fé nem vejo o Executivo a tomar decisões de ânimo leve sem acautelar antecipadamente os interesses de quem de direito e portanto uma fundamentação em relação aos vários projectos que estão a ser apresentados e que estão aqui a ser orçamentados, mas eu penso que será uma óptima ideia tentar uma participação mais articulada com o Executivo e no fundo haver uma partilha de opiniões, tanto mais que o Bloco de Esquerda está pela primeira vez aqui a ser representado, se calhar poderá trazer coisas diferentes e coisas novas. Eu agora vou continuar...

**Eduardo Lopes:** É que é um direito, o direito da oposição de participar, é um direito, não é um favor e também disse na minha intervenção que não havia aqui um processo de intenções, não. Disse logo, inicialmente, que não havia nisto um processo de intenções. Que fique claro. Obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Passo agora a palavra também por ordem de inscrição ao Sr. Chito Pereira.

**Chito Pereira:** Eu tenho, enfim, uma outra maneira de ser e de estar relativamente a quem vê o plano de actividades e o orçamento como uma ferramenta muito importante para a Junta de Freguesia ou para a Freguesia aliás. Assim como para o país, acontece isto, quer dizer, há muitas coisas lindas, há muitas promessas que se vão fazendo, o que não há dúvida nenhuma é que eu não vejo o fomentar de condições para futuro. A natalidade está cada vez pior, não vejo que se haja uma preocupação muito grande relativamente à natalidade com a qual não conseguimos viver. A natalidade muitas vezes também impede casais de viverem mais felizes, de se movimentarem. Como também não vejo aqui... eu estou a falar aqui numa situação relativamente à Feira de Antiguidades cujas verbas eram para ser aplicadas na área social das pessoas que vivem numa casa arrendada que não camarária, com uma renda muito baixa e que vivem em condições absolutamente horríveis. Eu penso que se deveria olhar para essas pessoas... eu já ando nisto há muitos anos, há bocado disse ali, tenho 51 anos de trabalho, tenho 61 anos de vida, continuo a trabalhar, estou a pensar agora em me reformar porque o país cada vez está pior, as situações, o respeito pelos idosos cada vez é inferior, as condições para que surjam novas crianças felizes para ver se daqui a 20 anos consigamos ter políticos à altura, porque está tudo deformado, eu não vejo, quer dizer, infelizmente não vejo. Era isso que eu gostaria de ver num orçamento, é que inscrevam num plano de actividades, gostaria de ver uma creche, um berçário, se não é possível aqui, que seja num novo edifício, é só um projecto, aquilo está só em projecto, há tudo alterações, gasta-se mais dinheiro muitas vezes em adição à complementaridade de execuções de obras do que se gasta com um novo projecto, numa coisa que é da

Junta de Freguesia. Se há outra coisa melhor que um berçário, eu duvido, pela carência que temos de condições para as crianças, são os avós que têm de tomar conta dos bebés, o que causa transtorno... eu por acaso não tomo conta do meu neto, infelizmente está longe... mas causa transtorno, não conseguem ter tempo para viver a sua reforma, a sua velhice, nem dinheiro tampouco, e ainda têm de tomar conta dos netos. Os netos, enfim, a educação não é a mesma coisa. Os pais querem viver umas 8 horas de trabalho com querer, com sentimento, com patriotismo e não conseguem porque estão a pensar precisamente, constantemente nos filhos e têm de ir buscá-los às 5. Um berçário, começar às 7, acabar às 10 da noite, capitais mistos, enfim, para as pessoas, seja para a Junta de Freguesia, seja para quem for, façam-se Centros de Saúde, respeitem-se as pessoas. Não tanta palha, tanta coisa bonita, tanta não sei quê... não alinhio, não alinhio. Há outra coisa... e depois é as coisas que se fazem, enfim, para ser bonito. Eu não faço nada para ser bonito nem para ser meu. Defendo aquilo que entendo que está bem feito, que é útil para a sociedade, que é útil para a população, que é útil para quem nos visita, que é útil para a Junta de Freguesia, não faço coisas para andar de bandeira no ar. A Feira, como disse, tem aqui outra coisa, aumentarem 10 lugares, quer dizer, isto é uma aberração que já vem de há uma data de meses, já vem, sei lá, há mais de um ano. 10 lugares... tira-se as condições...atenção, as coisas quando são feitas têm de ser feitas, pensadas, repensadas, dormidas e executadas. É um preço razoável, é um preço razoável e cabal. Mais 10 lugares, os 10 lugares vão tirar movimentação àquilo. Como disse ali o Sr. Fernando Costa, a Feira está a ser degradada, é uma coisa que eu gostaria de ver imensamente bonita, e pode-se tirar... a Junta de Freguesia pode rentabilizar, porque o país hoje não anda se não tiver dinheiro e venha de onde vier, nós pobres somos a mesma coisa, a Junta de Freguesia pode ir ganhar mais dinheiro, tem projectos, tem ideias, já transmiti, tenho ajudado imenso e continuarei a ajudar, não posso é fazer parte do executivo porque a minha vida particular não me permite. O prejuízo profissional foi imenso e portanto, continuo a ajudar mas sem ter que estar aqui até às 3 ou 4 da manhã às terças-feiras e tal e tal. Portanto, isso é outra questão. Agora a Feira... pode-se fazer uma feira temática. Quando a Feira foi feita, não tinha determinadas áreas que são importantes, Filantelia, Alfarrabista, tal, tal. Há outras coisas onde se pode ir buscar dinheiro, que se aplique o dinheiro naquilo em que a Câmara não dá verbas para tal. Nessas casas, nessas pessoas, na educação, na cultura, sim senhor, tudo muito bem. Agora, monografias históricas, workshops de teatro, o rugby e o volei, o volei por amor de Deus, não deixem acabar estas coisas, não deixem acabar o volei, não deixem acabar a feira, não deixem acabar o rugby. Agora, disciplinem aquilo, porque o volei são grupos de pessoas, passa a uma passa a outra, fazem aquilo, entre os quais para aí metade deles não se conhecem entre eles, e qual é o fomento para o desporto? Qual é o fomento para as pessoas, os habitantes e as crianças da Junta de Freguesia ou de outro lado qualquer... portanto, que se faça uma equipa de volei, aqui que se crie uma equipa de volei, que se fomente uma equipa de volei e que se faça um torneio com equipas federadas, ou uma coisa do género. Não é aparecerem amadores que mal se conheceram ali naquela altura e depois levam as medalhas. E é um custo enorme, 8.000 contos que se gastaram o ano passado, 7 mil e tal de contos, com o volei, é muito. Portanto, eu gostaria de ver um Plano de actividades virado para a racionalidade, virado para... que tenha condições para poder dar

aquilo que amanhã toda a gente vai agradecer que é um agradecimento aos velhos e umas condições às criancinhas e aos casais jovens e isso tudo. Era isso que eu gostava de ver para daqui a 10 ou 15 ou 20 anos podermos ser um país melhor. Relativamente, como disse ali o Sr. Fernando, também aqui com relação à Feira, quer dizer, o rendimento da Feira era para pessoas, habitações e beneficiações dessas casas para as quais não havia verbas oficiais para isso... então para a habitação está 5.000€, quando tudo já foi falado e realmente os 16.000€ que o Senhor falou eu conheço, não é possível o rendimento da feira, a despesa ser igual ao rendimento. Não é possível, qualquer coisa está mal. As outras verbas, portanto, já foi tudo falado, para as quais eu também teria de apontar aqui muita coisa. Isto tudo significa, e resumindo, é que realmente o fito destas nossas actividades para as quais nos candidatámos e que prezar-me-ia imenso estar de fora e ver as coisas andar melhor do que aquilo que eu conseguiria fazer, tudo isso tem de ser repensado de uma maneira que não ponham tantos termos bonitos, tantas flores, desculpem-me o termo, tanta “cagança”, em coisas que realmente, não sei. Espremido se calhar não dá nada. Era só, obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Está inscrito agora o Sr. Avelino Cibrão...

**Avelino Cibrão:** Bem, eu fui o último a inscrever-me, nem era para intervir hoje, porque de facto não estava preparado também para isto e já estou um bocado desfasado desta situação, porque eu estive aqui na década de 80 no Executivo da Junta, tive também um mandato na Assembleia, mas pronto, isso já lá vai... mas há aqui um ponto no Plano de actividades que é na Acção Social, portanto, aqui no nosso Plano de actividades para 2006 diz: “Contratação de um profissional da área social para acompanhamento dos mais carenciados e dos elementos do projecto nesta área com a criação de serviço de acompanhamento social onde estarão disponíveis técnicos bem como psicólogos sociais, etc.” Nós nessa altura, não estou a criticar nada nem estou... mas é só para a gente se entender e ver como é que isto pode ser feito... Nós nessa altura tínhamos aqui um gabinete social em que os técnicos que aqui estavam eram duas senhoras, uma para o caso dos idosos e outra para o caso das crianças e dos jovens, e que nos eram cedidos a nosso pedido pela Misericórdia de Lisboa. Eu estava aqui a ver, e eles agora, para além do serviço social podem também emprestar psicólogos porque têm, de facto, muitos psicólogos na Santa Casa da Misericórdia. Tudo o que aqui está que é recrutamento, portanto, a contratação de profissionais, isto vai custar dinheiro, vai custar dinheiro. A Junta já tomou alguma iniciativa de perguntar à Santa Casa se nos pode fornecer esses técnicos? É que isto, eu estou a pôr isto porque tem vantagens enormes. O Senhor Presidente falou na pobreza envergonhada, escondida que nos aparece muitas vezes no final das sessões, aparecia, não sei se hoje ainda aparece no final destas sessões. E que apareciam aqui com problemas do mais grave que se possa imaginar. Tivemos muito isso. Mas tínhamos uma vantagem com as técnicas de serviço social. Era isso que eu queria chamar à atenção aqui do Executivo e da Assembleia. É que quando esses casos nos apareciam, as técnicas de serviços sociais do serviço social da Misericórdia actuavam de imediato, porque nós ficávamos logo com a lista à noite e com uma ficha das pessoas e dos seus contactos. No dia seguinte ou 2 dias ou 3 depois, esse problema era resolvido na Misericórdia, e muitas vezes essas

peças que não tinham nada e que se acabava por perceber que não tinham mesmo nada, era mesmo pobreza envergonhada, acabavam por ter um subsídio eventual da própria Misericórdia de Lisboa. É a vantagem que tem sobre um técnico que se vai recrutar, porque não está na Misericórdia, não tem, pronto, não pode fazer estas coisas. Eu estou só a levantar essas pistas, depois o Senhor Presidente dirá. Também não sei, porque normalmente aqui os planos de actividades deviam conter algumas informações mais pormenorizadas sobre os custos destas coisas, que depois vai só reflectir no orçamento. Mas também não está no orçamento este tipo de trabalho. Que eu veja não está, a correspondência... o orçamento é sempre o espelho ou o suporte do Plano de actividades e que eu saiba, ou pelo menos daquilo que eu aqui vi não está. De modo que eu só deixo esta coisa como informação, como ajuda, porque pronto, isto toca-me muito porque eu sou voluntário há 30 anos e muitas coisas destas nos passam pela mão. Ainda hoje sou Director de uma Instituição de Crianças privadas de um meio familiar normal, crianças violentadas e maltratadas como estão a aparecer nos jornais, e portanto dedico-me muito a estas áreas sociais, e portanto, ao ver esta situação e ao ouvi-lo falar há bocadinho acerca da pobreza envergonhada lembrei-me que isto seria uma boa possibilidade de se gastar menos aqui na Junta e de se ter mais acesso às Instituições que têm por obrigação muito, ou muita obrigação de poderem ajudar nestas situações. Portanto era só isto, não tenho mais nada, é uma achega, se quiser... mas também gostava de verificar se contemplou isto em orçamento, não está lá.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Neste momento não há mais inscrições. Eu só queria também fazer aqui um reparo ao Plano de Actividades, é que também considere um número bastante insuficiente o do rebaixamento dos passeios, portanto gostaria se fosse aumentado, e penso que será, e gostaria também de ver algum trabalho em relação a disciplinar o estacionamento. Há em alguns lugares da Freguesia uma grande falta de civismo por parte dos fregueses e penso que é importante por parte do órgão de Freguesia sensibilizar as pessoas para o respeito e para a cidadania. Senhor Presidente...

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Senhora Presidente! Eu tenho estado a ouvir com a máxima atenção e ansiedade por todas estas questões que são várias, porque o meu objectivo é começar a responder sempre logo mas temos de aprender, é a regra do jogo, pronto... mas de qualquer forma eu gosto sempre de responder logo mas depois percebo que tem de haver uma ordem de trabalhos e portanto... mas vamos começar aqui. Sr. Alves Coelho, quando fala... vou tentar ser o mais sintético possível porque são muitas questões mas vou tentar responder a todas, depois se falhar alguma, foi falha de precisão... Alves Coelho, fala-me neste questão dos serviços de acompanhamento de idosos, que não há possibilidade de haver entidades que vão buscar as pessoas a casa, levá-los a umas compras, levantar as pensões, aquilo e acoloto... isso não é verdade, já temos e vamos melhorar, está contemplado neste projecto policiamento de proximidade "idosos em segurança", pode ser em alguns casos concretos, portanto essas pessoas, é um projecto da Junta, é a única Junta de Freguesia que tem ao seu serviço uma viatura disponibilizada pela própria Junta à polícia para fazer serviço privativo, deixámos que abranja também as Freguesias da Ajuda e de São Francisco Xavier. Esse carro está à disposição permanente com

dois agentes...chegou aqui uma pessoa aqui à Junta em cuecas um senhor já com uma certa idade: “Daqui não saio enquanto não me arranjam umas calças!” Era o número 66, um sujeito forte, situações caricatas mas que acontecem. A minha primeira ideia foi logo pô-lo logo fora o senhor, mas depois pensei que tinha a ver com um problema social grave, coitado, o que é que se passa? E lá falei com o senhor, e pronto, vimos que ele tinha alguns problemas e realmente chamámos a polícia e demos dinheiro e a polícia foi comprar umas calças com ele à Praça da Figueira que custaram 45€. Pronto, apoiámos essa pessoa nessa altura. Também, há pessoas que querem às vezes levantar a sua pensão ou ir ao Centro de Saúde e a polícia também vai lá com este carro, vai lá levá-los e tudo. Há um cartãozinho especial com o telefone que é dado pela Junta à Polícia e é dado um cartão com esse número de telefone aos idosos que estão, ou enfim, pessoas doentes que precisem de ajuda, que estão em casa, basta ligarem à Polícia e a Polícia vai lá buscá-los. Portanto, por isso é que nós temos um carro, é a única Freguesia de Lisboa que tem um carro dado pela Junta... pelo menos em Lisboa. Portanto isso passa-se aqui... mas eu de facto quero melhorar e intervir mais neste projecto em ligação com a Polícia. Patrulhamento policial, falta o pedido de Patrulhamento policial, também não é verdade, eu posso fazer isso, também não posso entrar em grandes pormenores porque mete questões de segurança, mas penso que não estou a revelar nada de especial, mas sei que a certas horas saem dois polícias para um lado e dois polícias para o outro da Freguesia, da Esquadra, a pé, depois são apanhados pelos carros, depois levamos a um sítio, depois saem outra vez, encontram-se, portanto, é feito um patrulhamento aqui na Freguesia. Ainda por cima temos uma Freguesia com uma riqueza e temos várias Embaixadas e temos agentes de outras divisões da Polícia que crescem essa segurança porque estão fixos em várias zonas e têm também, através de meios de comunicações, comunicação com o carro da Polícia que anda sempre disponível nesta Freguesia, um carro com agentes para irem socorrer alguma das pessoas, algum dos agentes que entretanto peça apoio, está sempre em permanência aqui, já várias vezes reparei ali na Avenida da Torre, que é um sítio central. Portanto, nesse aspecto da polícia, com todas as dificuldades que existem e que repito, que é uma competência do Governo mas nós podemos influenciar o Governo, tentar conjugar também meios, mas não somos das piores Freguesias aqui em Lisboa com esse problema. Esquadra da PSP da Ajuda: isto já houve vários desenvolvimentos, aliás foi disponibilizado por uma empresa Municipal da Câmara, que é a GEBALIS, um espaço aqui há uns tempos para uma Esquadra de Polícia só que não havia era meios para lá meter polícias. E portanto isso é matéria do Governo, o Governo não tinha polícias para meter nessa esquadra. Portanto, isso na altura foi retirado, parece que agora está em vias de ser feita uma esquadra de polícia Municipal, salvo erro agora ali na Ajuda. Pronto, mas isso são informações que vamos tendo, mas portanto, isso é uma matéria da Ajuda, como é a questão das Salécias se é propriedade da casa aqui de Lisboa o terreno e está sediado na Freguesia da Ajuda. Obviamente que podemos falar com o colega, aliás seu companheiro de Partido, o Presidente da Junta de Freguesia e pedir para ele ter mais atenção a isso e atacar de facto aqueles problemas das Salécias porque há casas muito degradadas ainda, estou-me a lembrar daquela parte, mais para o lado da Ajuda ainda, mas toda essa zona é da Ajuda. Não obstante, nós temos arranjado a rua até lá ao fundo, mesmo em parte que dá um lado para a porta da Freguesia. Os membros da

Assembleia de Freguesia, vamos lá a ver, quando há bocado nos diziam que nós não podíamos entregar estes documentos aos membros da Assembleia de Freguesia, primeiro, salvo erro, acho que isto está no site, ou estará no site, isto já está no site, mas de qualquer forma não vamos agora aqui desvirtuar as funções específicas dos órgãos que é uma Assembleia de Freguesia. É o órgão que representa toda a população, vivemos numa democracia representativa, não é uma democracia popular. Portanto, obviamente, é bom que as pessoas participem, mas o seu a seu dono, cada um com a sua tarefa própria, os membros da Assembleia de Freguesia, os nossos representantes até devem sentir-se diminuídos, como é evidente. Eles é que analisam isso e mais tarde até poderão dar, porque cada membro da Assembleia de Freguesia que é representante do povo que tem um documento desses até pode facultar a quem pedir da assistência e as pessoas estão aqui a assistir, portanto a transparência é total, agora não vamos mas é desvirtuar o que é isto, é uma Assembleia de Freguesia, as pessoas podem assistir mas não podem participar, quem participa são os membros da Assembleia de Freguesia. E está na lei, está no regimento, é uma questão legal. Bem, Sr. Carlos Cosmelli, estudo do berçário da Escola 107, depois falou na Escola de Belém requalificação... bem, vamos lá a ver: estudo do berçário é de facto um dos nossos objectivos, tentamos criar condições para arranjar um berçário, uma creche, um berçário, uma questão técnica de determinadas pessoas. Como vêm no nosso plano de actividades, uma das hipóteses, de facto, é ser naquele espaço. Estava previsto uma escola por vicissitudes várias lá dos vizinhos que meteram umas acções e portanto, aquilo na altura não puderam fazer as obras. Portanto, passaram muitos anos e as verbas, neste momento não sei como está isso, já estive quase para arrancar, mas enfim. Com esta mudança agora na Câmara não sei como é que vai ser, mas chegamos à conclusão que de facto não existe neste momento grande necessidade de uma nova escola, é o que me dizem os entendidos, para já, e de facto poderia ser aproveitado eventualmente para outros fins. Essa questão dos herdeiros, eu não sei quem são, mas gostaria de saber quem eram os herdeiros. Pensei que aquela escola fosse, e também é do Estado, concerteza, mas também estou certo que, se falássemos com eles, eles não vão levantar problemas, quem aceita para uma escola aceita concerteza para uma creche, berçário, estou convencido. Não penso que é por aí o grande problema. Entretanto, a escola neste momento está a ser utilizada pela, uma coisa que aliás está muito em voga neste momento, infelizmente por razões tristes, que é a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens que analisam os casos das criações e as situações difíceis que nós tivemos informação de um caso de um miúdo que ficou gravemente doente por maus-tratos mas que foi analisado por uma comissão congénere do Norte do país. De qualquer forma, está lá neste momento a Comissão conjunta de crianças e jovens, provisoriamente também, até se resolver qualquer coisa, portanto o objectivo era requalificar aquela escola que está num sítio óptimo, tem boas condições... é uma das hipóteses, como vêm não está nada taxativo, é uma das hipóteses eventual. Naturalmente a Escola 107 requalificando... o que é um facto é que temos de resolver aquela situação porque já está a demorar mais tempo, aquela transitoriedade da utilização daquela escola. Pelo menos para o meu gosto. Obra do Hotel da Torre: o Hotel da Torre foi comprado por uma... pela 4ª maior cadeia hoteleira Portuguesa, Hotéis Alexandre Almeida. Estiveram cá connosco, bastante correctos, vieram transmitir o projecto de tudo o que se

estava a passar. O Hotel São Jerónimo também vai ser arranjado, o restaurante lá em baixo, vai ficar com uma parte, aquela parte em triângulo, no jardim, eles vão cuidar daquilo tudo, no jardim, naquela parte pública vão pedir autorização à Câmara, já está no projecto para ficarem com uma esplanada ali, uma zona muito agradável que é o prolongamento do restaurante também, e está o pedido na Câmara juntamente com o estado da obra para terem uma zona de esplanada que é o prolongamento do restaurante de São Jerónimo. Uma zona daquelas, obviamente depois vamos ter de tirar aqueles ecopontos que estão ali e pô-los um pouco mais ao lado, porque estar um restaurante e uma esplanada, e acho que é importante uma zona destas emblemática em que o turismo é de cativar. Portanto, o cipreste cortado, o cipreste cortado eles vieram cá ter connosco e falaram-nos nessa questão e disse: “Nem pensem em fazer nada sem falarem com os espaços verdes da Câmara!” E de facto a Engenheira Alexandra Canha dos espaços verdes, eu marquei-lhes uma reunião, estive lá no local com eles a ver o que é que se passava. Havia um dos ciprestes que estava demasiadamente junto à parede e inclinado, salvo erro até um pouco em risco porque estava a entrar pela parede adentro e a parede estava com infiltrações, tinha de ser arranjada, tinha de ser tratada, portanto tecnicamente nunca mais lá fui ver o que é que se passou, sei que o que se fez foi a constatação dos espaços verdes, mas de qualquer forma eu vou perguntar à Engenheira o que é que se passou posteriormente que eu não sei posteriormente o que é que se passou. Sei que estavam em ligação, vi aquilo e realmente e achei que pelo menos tinham de cortar uma parte, para arranjar aquilo, mas era uma questão técnica e disse: “Nem pensar em cortar se não falarem com os espaços verdes da Câmara!” E foi isso que foi feito. Não vai subir pisos, vai aumentar um pouco para trás, um Hotel de 4 estrelas, bem precisado que estávamos aqui, de muita qualidade, não vão aumentar os pisos, vai um pouco para trás é que eles vão aumentar, para trás, o espaço deles. Engenheira Maria João Faria, a extensão do Centro de Saúde de Alcântara: a extensão do Centro de Saúde de Alcântara por quê? Nós queríamos fazer um Centro de Saúde aqui, mas isso implicava várias questões que entravam na ordem do Executivo, pelo Governo, pela Delegação, pela Administração de saúde de Lisboa. De maneira, como isso metia Governo, Primeira Administração Regional de Saúde de Lisboa e metia também Câmara, e nós, como é lógico, mas implicava um... porque havia o objectivo de ter um Centro de Saúde para cada duas Freguesias, e estava-se a pensar no anterior Executivo ficar esta com o São Francisco Xavier, com o Centro de Saúde, e Alcântara com a Ajuda. Mas entretanto isto iria implicar mexidas com várias Freguesias de Lisboa, portanto, para já, como isto estava a demorar muito e nós queríamos resolver o assunto, e havia algumas coisas que não conseguíamos resolver, que até já temos o espaço, e daí aproveito já para falar no Parque de Estacionamento, é para não ficar subaproveitado, não vamos gastar nada de significativo com aquele parque que é uma limpeza pôr lá os carros depois dentro, para quem quiser lá estacionar, não há custo significativo até resolvermos esta questão que pode demorar um pouco mais, não vamos ser demagogos. O Dr. Lucindo Ormonde, médico, membro desta Assembleia de Freguesia que hoje não pode estar aqui porque é um dos brilhantes médicos portugueses que pertence à Sociedade Portuguesa de Anestesia, ainda por cima, ficou de fazer esse estudo, já falou com a Directora do Centro de Saúde juntamente com o Dr. João Carvalhosa do Centro de Saúde de Alcântara, já estiveram em contacto. Neste momento chegou-se à conclusão que

essas instalações de facto seriam melhores que as de Alcântara, uma situação caricata é que quase todos os médicos de Alcântara queriam vir trabalhar para aqui e estavam todos: “Nós vamos todos para lá!” Calma, isto é uma extensão, temos de ver a complementaridade das especialidades. Mas portanto achamos que de uma forma eficaz e concreta será melhor irmos, por uma questão de prudência, avançar de imediato para a extensão. Sem por isso mais tarde evoluir para uma certa independência. Mas para já uma extensão autónoma de coligação portanto, mas de coligação ao de Alcântara, que é aliás onde vão os nossos doentes, de uma forma geral. A SRU Ocidental de Reabilitação, aqui tocámos nós numa grande coisa que há bocado nos tinham falado, sobre a reabilitação, as obras da população mais carenciada e por isso de forma que é tudo muito bonito mas depois não há dinheiro para nada. E de facto a SRU é uma das 3 zonas que foi constituída em Lisboa que é a Sociedade de Reabilitação Urbana, há a Ocidental, a Oriental e há a da Baixa Pombalina. A nossa é a Ocidental que é aqui em cima, estão a ser feitas obras lá na Sede, para se instalarem definitivamente, mas já começaram com o trabalho de campo, e vão actuar aqui na Freguesia, na Ajuda e numa parte de Alcântara. O objectivo, de facto, é proceder a uma reabilitação eficaz do edificado e já estão neste momento a funcionar, enfim, ainda não a grande gás, mas já estão a fazer trabalho nesse sentido e a edificar algumas casas para se começar a actuar, em quarteirões, actuam em quarteirões. O Centro Social e as moradias do Bairro do Terra do Forno, por amor de Deus Senhor Engenheiro, o senhor é membro desta Assembleia de Freguesia, isto vem mais do que publicitado no boletim da Junta, tudo em pormenor, temos um grande projecto ali na Secretaria à disposição de quem queira consultar as telas grande para ver isto, é um projecto do arquitecto João Paciência, um dos melhores arquitectos portugueses que fez este projecto, e de maneira que, por mais publicitado, é estranho um membro da Assembleia de Freguesia que ainda por cima não é estrepante fazer uma pergunta dessas, é porque não lê, eu notei que já não deve viver aqui no Restelo há muito tempo, mas de qualquer forma morava cá, mas pronto, não deve ter recebido o boletim, mas quando quiser diga-nos, que nós... não, não tinha de ser apresentado, não, está em projecto ainda, isto é feito por arquitectos, por técnicos... depois, posso continuar? Se me deixam continuar, porque portanto já falámos... Delegações, verbas, vencimento de pessoal em comparação com o ano anterior, eu aqui vou pedir, eu aqui vou pedir à Dra. Fátima Vieira, mas espere só um segundo se faz favor Sra. Doutora, para fazer aqui um esclarecimento. Mas é preciso vermos uma coisa, já há bocado referimos, estamos nesta fase, o orçamento vai ser rectificado lá para Abril, e nessa altura vai-se fazer os reajustamentos como se faz sempre, isto não é nada de novo, isto todos os anos, há 4 anos, pelo menos desde que estamos aqui fazemos assim. E já antes era feito assim também, não com tanta complexidade, porque entretanto isto também mudou, mas quer dizer, vamos ver se nos entendemos, isto em Abril, eu já expliquei é que vai ser, consoante as necessidades devidamente acautelado no que falta. A população carenciada, vamos lá a ver, isto é a mesma coisa, isto é a mesma coisa. O que se passa aqui, e o subsídio às colectividades, nós de facto temos que jogar de uma forma inteligente, por quê? Porque temos de jogar um pouco com as verbas que hão de vir da Câmara. Hão de vir verbas ao abrigo da delegação de competências da Câmara, nós já temos essa expectativa, pelo menos de verbas iguais que tivemos no ano passado, pelo menos. Portanto, é natural que agora não vamos

carregar muito numa coisa porque essa verba nessa rubrica vai ser necessariamente acrescida com outras da delegação de competências. Mas a todo o momento podemos ir fazer alterações ou revisões orçamentais, consoante as necessidades e podem crer que para nós é fundamental, é uma prioridade esse tipo de situações, não deixar que as pessoas fiquem em casas que não têm as condições mínimas e a apanhar chuva, nomeadamente pessoas em condições desfavoráveis, reformados e que ganhem pouco e que não tenham mais ninguém que lhes possa valer, e que vêem a Junta, uma Junta de Freguesia, não interessa se é esta ou se é outra, mas a Junta de Freguesia, às vezes como último recurso para as salvar, existe muitas coisas dessas e eu tenho sentido isso. Nunca imaginei em Lisboa que isto pudesse ser verdade, mas infelizmente é verdade. E portanto estamos muito atentos a isso. Agora, para já vou fazer aqui um parêntesis, vou depois continuar com o que o Senhor Fernando Costa questionou, mas vou pedir à Dra. Fátima, por minha conta, que dê aqui um esclarecimento que eu queria que desse sobre esta matéria, que depois eu continuo.

**Fátima Vieira:** Boa noite. Eu queria apenas fazer dois ou três esclarecimentos de ordem técnica de algumas questões que foram levantadas praticamente por todos os intervenientes aqui na Assembleia e desta forma dar resposta a essa questão em relação à sub orçamentação nas rubricas de despesas de capital em detrimento das despesas correntes. Conforme sabem em semelhança aos anos anteriores o orçamento foi elaborado de acordo com as disposições legais do POCAL: Decreto lei 54<sup>a</sup>/99/22 de Fevereiro com as alterações introduzidas na lei 172/99/14 de Setembro e o Decreto lei 84<sup>a</sup>/2002/ 5 de Abril. Estes decretos leis impõem restrições ao Executivo em termos políticos sobre orçamentos. O que é que isto significa? Significa que ao abrigo do POCAL tem de se dar preferencialmente cobertura às despesas correntes nomeadamente aquelas despesas de encargos fixos, os encargos que já estão definidos à partida, os vencimentos, e aí é bem referida a questão dos salários, porque é que há uma baixa dos salários, e eu já passarei depois a explicar, mas tem de se dar preferencialmente cobertura a esse tipo de despesas, às despesas correntes em detrimento das despesas de capital e no caso das despesas correntes, tem de se dar prioridade às despesas fixas que já existem, portanto, os contratos que existem, as despesas que existem, as despesas que envolvem os contratos de telefone, de fax, de telemóveis, o boletim, pronto, todo esse tipo de despesas. Isto em detrimento das despesas de capital. Conforme o Sr. Presidente do Executivo já referiu anteriormente, nós em Abril temos os resultados que vão transitar, depois de serem aprovadas as contas de gerência na Assembleia de Freguesia de Abril e aí vão ser incorporados de forma mais satisfatória e de forma mais adequada ao que está previsto no Plano de actividades, porque não é possível sem verbas e de acordo com estas limitações, o Executivo está mesmo limitado, por não poderia actuar da forma como pretendia, e daí a discrepância a nível no Plano de Actividades no que diz respeito à rubrica "Despesas de Capital". Em Abril far-se-á então o reforço dessas verbas. Agora põe-se então a questão das despesas de pessoal, como já foi aqui referido, as despesas de capital estão sub orçamentadas. Se nós fossemos pôr todas a totalidade ou as necessidades da Junta de Freguesia nas despesas fixas, se fossemos cobrir nas despesas correntes as necessidades pela totalidade, garanto-vos que não sobrava um único tostão para as despesas de capital, portanto, nem sequer os valores que

consideram irrisórios, como foi aqui referido 5.000€ para a habitação, e que de maneira nenhuma é isso que está previsto na cabeça do Executivo quando fez este Plano de Actividades, se forem comparar com o orçamento do ano anterior e com a revisão orçamental de Abril o critério será o mesmo. Nem esses 5.000€ seriam possíveis de atribuir, nem sequer os 500€ que também ainda mais irrisório é, se fossem colocadas as verbas na totalidade, portanto o que se fez foi, obedecendo à Legislação que está em vigor, foi criado aqui um equilíbrio de forma a permitir colocar algum valor, para pelo menos satisfazer as necessidades até Abril, das despesas que o Executivo previsse serem necessárias. Pronto, julgo que sobre este assunto... se alguém tiver uma dúvida do ponto de vista técnico relacionado com isto, tenho todo o prazer em responder. Foi também questionado qual é o significado de "Instituições sem fins lucrativos" conta 04-07-01. O significado desta rubrica é a atribuição de subsídios a instituições sem fins lucrativos, nomeadamente a colectividades. Foi também aqui perguntado sobre a questão da assessoria jurídica e da avença com a advogada contratada. É evidente que a assessoria jurídica que está contemplada com 100€ não é para fazer face ao que até aqui vinha acontecendo com a avença dos serviços prestados pela Sra. Jurista. E isto por quê? Porque ao abrigo da legislação do POCAL há um novo entendimento e é considerada assessoria jurídica a assessoria que é prestada ao Executivo. Como os serviços que são prestados pela Sra. Jurista não são serviços de assessoria associados ao Executivo, se estivesse aqui contemplado nesta rubrica Assessoria jurídica estas verbas, seria ao abrigo do POCAL entendido como uma assessoria ao Executivo. Como o trabalho, efectivamente, é uma assessoria aos moradores da Freguesia foi criado uma outra rubrica que vão encontrar e que é "Gabinete de Cidadania" que é uma rubrica nova que está contemplada com 6.000€ e aí sim é que passa a estar a verba do serviço que é prestado pela Sra. Jurista. No entanto, manteve-se em aberto a assessoria jurídica porque nada invalida que hoje ou amanhã o Executivo não possa vir a ter a necessidade de ter o parecer jurídico de qualquer tema importante que fica com esta verba. Penso que do ponto de vista técnico não há mais a esclarecer...

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado Dra. Fátima! Muito obrigado por estes esclarecimentos! Eu vou continuar então. Pronto, isto é uma faculdade que uma pessoa tem, que o Presidente tem, quando está a prestar esclarecimentos e questões mais técnicas recorrer-se, hoje em dia, a um técnico oficial de contas para dar esclarecimentos mais de ordem técnica para que realmente as pessoas saiam daqui o mais esclarecidas possível. Bem, continuando aqui com questões que foram postas por outro membro da Assembleia de Freguesia, o Sr. Fernando Costa: de facto, também achei... sou o primeiro a reconhecer que o que se passou, foi um lapso da minha parte, as 10 passadeiras a precisar de rebaixamento, porque de facto não, rebaixamento de passadeiras... agora vou explicar o que é que se passou de facto aqui: nós começámos, não esperámos pela Câmara, começámos nesta zona mais nobre e turística aqui da zona e porque também temos aqui uma pessoa que é um deficiente que mora aqui ao pé, aqui atrás, e que anda sempre com um carro de rodas aqui na zona e tinha sempre imensa dificuldade tomámos directamente essa tarefa de começar a fazer rebaixamentos de passeios aqui em Belém. Mas de imediato a Câmara também começou a fazer isso. E portanto havia uma verba que entretanto a

Câmara tinha para fazer isso e estava a ser duplicada porque nós também estávamos a gastar nisto dinheiro, mais vale irmos gastar noutra sítio. E nessa altura, quando eu constato isso, em ligação com a Câmara, disse que já tínhamos feito algumas, então eu pedi à Câmara que nos compensasse, que mandasse fazer outros sítios, porque nós já tínhamos feito aí já alguns rebaixamentos, portanto... e a Câmara, aliás, está neste momento a fazer alguns, aliás, já está ali em frente ao quiosque e estão a fazer alguns rebaixamentos de passeios que ainda não tinham sido feitos, mas fomos nós que começámos e havia alguns feitos por nós e outros feitos pela Câmara o que tem interesse, porque há verbas que saem de um lado e verbas que saem de outro. Agora, de facto, as 10 passeadeiras acho que é um pouco, não é muito adequado estar esse número... é as que forem possíveis fazer nos sítios principais, e que façam mais falta, se possível, irmos aumentando cada vez mais, porque de facto interessa-nos criar condições que as pessoas portadoras de deficiência sintam mais facilidade na sua mobilidade, e aliás, isso hoje é um dos grande objectivos que nós temos aí no nosso Plano de actividades.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, só uma interrupçãozinha, eu gostaria de lembrar que faltam 10 minutos para a meia-noite, mas vamos continuar a sessão para podermos votar ainda hoje, está bem? Obrigada!

**Presidente do Executivo:** Quanto à questão dos melhores lugares da Feira de Antiguidades, é um dos nossos objectivos, de facto, o Executivo entende que pode criar, é um objectivo, obviamente se for para ficar pior, não, mas pensamos que conseguimos de uma forma articulada, estudando o espaço público da Câmara, resolvia esta questão. Portanto, sem estragar a Feira, como é evidente, percebo que ninguém possa ter a mesma opinião, mas vamos lá ver: se uma Assembleia de Freguesia fosse agora tomar decisões de 10 ou menos 10 lugares na Feira seja do que for, quer dizer, acho que não é um papel adequado para uma Assembleia de Freguesia, tem que ter outra dignidade, tratar de outras coisas mais genéricas, isso é uma questão mais especificamente do Executivo. Pois, cerca de 10 lugares, mais ou menos, quer dizer, depois vamos ver o terreno. É um objectivo, cerca de 10 lugares, mas portanto, acho que não é vamos lá a ver, está bem, temos esta informação, mas não é muito significativa esta questão, para estarmos a perder muito tempo em Assembleia de Freguesia, mas pronto, acho que é portanto... Bem, falta de verbas para os mais carenciados, trabalho de investigação: Como vos disse, isto está relacionado com aquilo que a Dra. Fátima esteve aqui há bocado a dizer, quer dizer, não podemos ver a coisa nesse prisma, porque as verbas que vamos receber entretanto da Câmara, no orçamento em Abril, nessa altura, já podemos fazer essas correcções e temos que jogar dessa forma para que realmente possamos aproveitar ao máximos as mesmas. Falaram aqui do 02.02.011 "Representação de Serviços": é isso mesmo, representação de serviços, temos muita apresentação para fazer e quando é necessário concerteza que utilizamos essa verba para diferentes tipos de representação. Já foi respondida a questão do Gabinete da Cidadania. "Assessoria Jurídica": o Boletim; comunicação com as Freguesias para nós, para nós, não basta só fazer, e achamos que é importante comunicar o que se vai fazendo, porque achamos que isto é muito importante para as pessoas participarem, nós vivemos numa Democracia, portanto gostamos que as pessoas participem, de uma forma séria e

sincera e não só de uma forma demagógica. E portanto achamos que é importante as pessoas terem informação, ainda há bocado aqui, a Engenheira Maria João Faria falava dessa questão, de que não estava informada, e estava no Boletim e tudo. Portanto, neste momento é isso, nós temos que... é uma prioridade para nós a comunicação aos fregueses, mesmo que isto custe algum dinheiro, graças a Deus temos meios para isso, aproveitarmos o protocolo de monitorização administrativas, verbas deu nos últimos anos para esse objectivo, mas mesmo que não tivéssemos, acho que são verbas bem empregues porque as pessoas identificam-se com o projecto e vão-nos ajudando também a zelar pela nossa área geográfica. Outros serviços, outras despesas, outros serviços de consultadoria, achavam que era uma verba que também estava muito... esta "Outros", 02.02.14.09, que era "Outros", são despesas de outros serviços de consultadoria que possamos necessitar, é uma prática normal, sempre foi assim... 02.02.20.01, são outros serviços especializados da Feira. Depois o outro que tínhamos falado, 02.02.20.03, são outros serviços especializados que não são da Feira. Depois, "Heranças Portuguesas na Amazônia" é a geminação que nós temos com Belém do Pará, temos uma geminação, ainda há pouco tempo cá estiveram também eles, eventualmente poderá ir alguém nosso, enfim, temos esta geminação, portanto, para deixar a rubrica aberta para alguma eventualidade. Eventualmente poderá ter que ser reforçada mais tarde, ou não, não sei, depende das solicitações que vamos tendo. Agora relembro que o coordenador deste projecto é o Vereador da Cultura do Município de Alenquer, em Portugal e portanto estamos em ligação com os vários municípios, são 38 que têm geminações com Belém do Pará. "Instalações...", este aqui, 07.01.03.02 e 07.01.04.06, isto é, a primeira é a construção em instalações e a segunda é construção de instalações. São coisas diferentes. Sr. Eduardo Lopes: fala-me na questão da documentação... vamos lá a ver uma coisa, nós aqui temos de nos reger pela lei do regimento e temos portanto, nos termos legais, 8 dias de antecedência para fazer chegar a documentação às pessoas, e mesmo assim temos de perder muitos dias e noites para preparar a documentação, isto não é fácil, porque isto implica trabalho. Mas de qualquer forma cumprimos, cumprimos, e portanto, vamos lá a ver, aqui é muito importante saber o que é uma Assembleia de Freguesia e o que é uma Junta de Freguesia. Quem ganha as eleições vai para o Executivo e na Assembleia estão os representantes do povo que representam todas as forças que concorreram às eleições. Mas não vamos agora fazer confusão entre as funções de cada um desses órgãos. Quem executa é o Executivo, e é o Governo da Freguesia. Aí não há discussão. É evidente que vamos pelo diálogo, vamos pelo diálogo e cada vez mais queremos comprometer, no bom sentido da palavra, toda a gente, mas depois assumimos a responsabilidade e tomamos as decisões, estamos cá para isso. Está cá há pouco tempo, pronto, é a primeira vez que está aqui, pronto, diz que tem pouca experiência, tudo bem, mas estamos na disposição de termos um bom relacionamento com todas as forças políticas. Disse que estava cá há pouco tempo e que tinha pouca experiência nisto, mas pronto. Portanto daí eu percebo as dificuldades, não sei. Eu sou jurista, mesmo nós juristas por vezes temos as nossas dificuldades nestas matérias, mas de qualquer forma o que interessa é o nosso sentido de participação cívica e darmos o melhor que nós podemos dar de boa vontade e de boa fé e portanto estou certo de que toda a gente está imbuída desse espírito. Vamos lá a ver, sobre colectividades, isso aí, este Executivo não

vai receber lições de ninguém sobre obrigação às colectividades, quer dizer, se há, primeira hipótese de mostrar fotografias num jogo do campeonato europeu de futebol, estava a dar na televisão e tive de ir às colectividades todas logo no início do mandato anterior, todos entusiasmados aqui a trabalharem connosco e perguntem às diferentes colectividades como é que tem sido a relação com a Junta e vice-versa, tem sido a melhor possível, não temos feito nenhuma distinção quanto às cores políticas e não deixamos que ninguém as partidarize. Portanto, não somos nós que as vamos partidarizar e portanto temos tido uma relação muito correcta com elas todas são quase como se fosse parte integrante desta Junta de Freguesia. Portanto, a Creche, o Berçário, vamos tentar realmente arranjar, enfim, condições para melhorar este aspecto e ver se conseguimos criar condições para fazermos alguma coisa neste domínio. Quanto à história dos rendimentos da Feira posso dizer que tenho confirmado que no ano em que... foi à volta de 15 mil e tal euros, portanto, despesas diversas, tenho prova disso, mas temos receitas muito superiores às despesas, muito superiores às despesas, portanto é um projecto que podemos reverter algumas verbas para as nossas prioridades, algumas delas concerteza é a Reabilitação das casas, municipais fundamentalmente. O Sr. Avelino Cibrão falou aqui na Acção Social, contratação de técnico social, e que agradeço por se ter lembrado disso porque gostava de falar sobre esta questão e há aqui a história da Misericórdia da Assistente Social. Vamos lá a ver, já tivemos aqui sedeada uma Senhora Assistente Social da Misericórdia, continua a trabalhar connosco na Misericórdia. De qualquer forma, isto não tem nada uma coisa a ver com a outra, são coisas diferentes, são coisas diferentes e como estamos com pouco tempo, mas vou dizer que continuamos a ter a nossa Assistente Social da Misericórdia nos contactos. Este técnico de serviço social, sentimos como uma necessidade que vai dar muita força ao trabalho de voluntariado, precisamente para pouparmos dinheiro, há muita gente que se diz disponível para os diferentes tipos de voluntariado, e vai ser uma prioridade nossa, ter um grupo de jovens e idosos interessados em dar um pouco de si durante o dia para diferentes projectos. E de facto é preciso alguém que coordene isto, isto vai custar à volta de 120 contos por mês. 120 contos por mês, é só a meio termo. Uma prestação de serviços, não é um ordenado, é uma remuneração mas numa forma de prestação de serviços. E já pusemos aliás, com toda a transparência no Boletim o anúncio, temos recebido várias candidaturas para escolhermos a pessoa mais adequada. O trabalho especializado para esta técnica está previsto no orçamento através da rubrica 02.02.25.04, que é "Trabalho Especializado para Apoio Social". 02.02.25.04 "Apoio Social". Portanto, de uma forma geral, era isto que eu queria... desculpe Sra. Presidente se estou a demorar muito, mas em linhas gerais, penso que passei um flash sobre a generalidade das coisas importantes. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Eu tenho ainda aqui a inscrição do Senhor Eduardo Lopes e depois do Senhor Alves Coelho, eu pedia para serem breves devido ao adiantado da hora.

**Eduardo Lopes:** A questão é a seguinte: Sr. Presidente, eu... não sei se o Senhor conhece este documento, parece-me que quando eu falei há pouco e entreguei a carta dirigida, disse que não conhecia, que não sabia o que era. Este documento, recomendo que leia, aqui a parte em que diz, baseado na lei 24 de

98: “Estatuto de direito de oposição”. E o estatuto de direito de oposição não é uma coisa que o Senhor me concede. É um direito que eu tenho. E nesse estatuto de direito de oposição está lá escrito que o Senhor ao fazer o Plano de actividades deve chamar os representantes da Assembleia que não têm lugar no Executivo e explicar-lhes o que representa o seu Plano de actividades, é o que está escrito na lei. Isto é aquilo que o Senhor tem de fazer. E não merece a pena estar a dizer que vem para aqui dizer umas coisas... não dizem nada! É este direito que está aqui consignado que o Senhor tem que fazer, portanto eu não venho aqui mendigar nem pedir nada. Outra questão que eu queria pôr era a questão... eu moro na zona há 61 anos, nasci cá, até nasci em Belém, nem fui nascer à maternidade, até nasci em Belém. Tenho 61 anos embora não pareça, mas tenho. Já fui Director da Presidente da ADF durante vários anos. Aquela obra grande que lá está, grande parte dela fui eu que construí. Já fui Tesoureiro do Sport do Bom sucesso durante anos, portanto, sobre as colectividades, sobre aquilo que se faz nas colectividades, eu sei muito bem o que é que se faz.

**Presidente da Mesa:** Eu dava agora a palavra a Alves Coelho e depois pedia ao Sr. Presidente para responder aos dois ao mesmo tempo.

**Alves Coelho:** Ora, eu vou ser muito rápido. De facto eu não referi verbas em pormenor porque estou a aguardar a primeira revisão orçamental, mas o que este orçamento já pressagia é idêntico àquilo que nós tivemos nos orçamentos anteriores e daí a minha afirmação. Agora há um aspecto em que eu penso que o Sr. Presidente vai estar mais 4 anos a dizer sempre as mesmas coisas, relativamente à segurança. Eu continuo a afirmar que não há policiamento de proximidade por falta de meios humanos e materiais. Se houver dúvida, eu peço à Presidente da Assembleia para trazer para a próxima Assembleia a acta realizada da sessão extraordinária sobre a segurança no SOLIDÓ, onde é muito claro nas intervenções quer do chamado intendente da quarta divisão, bem como do chefe da esquadra de Belém sobre o número de efectivos que ele dispunha em cada turno para um policiamento de uma zona que começa em Algés e vai até Alcântara. Perfeitamente irrisório, portanto não há policiamento onde os moradores mais carenciados são aqueles que estão a ser neste momento alvo de violência daquela que é chamada “pequena criminalidade” mas que atira muitos desses moradores idosos para uma cama de onde depois não se podem levantar porque são assaltados por esticão porque não há nenhum policiamento de proximidade. E isto tem-se estado a agravar. Não só em Belém, como na Ajuda e nas outras Freguesias, onde de facto não há meios humanos para isso. Há talvez alguns polícias a pé na zona central de Belém; na periferia não há nenhum. Quem anda lá todos os dias sabe isso perfeitamente.

**Presidente da Mesa:** Sr. Carlos Cosmelli, muito rápido, por favor.

**Carlos Cosmelli:** Muito rapidamente, só para dizer ao Sr. Presidente que ele referiu que a Engenheira Alexandra Canha teve participação no corte do cipreste, que teria sido consultada... bem, eu sou o primeiro a dizer, obviamente, que eu estou de acordo com os processos que tragam melhorias para a Freguesia. Agora, há uma questão de fundo: é que eu aqui há duas sessões atrás na Assembleia de Freguesia, levantei o problema de haver uma oliveira e um

cipreste que estavam a deteriorar o edificado do património do Estado onde se situa a Sede do Partido Socialista, aqui bem ao lado. E o Sr. Presidente disse que ia tomar nota e que ia ver o que é que era possível fazer e até ao momento nada foi feito. E agora, com espanto meu, eu vejo um cipreste completamente rapado de alto a baixo e eu pergunto se é o facto de ser o Partido Socialista ou se é o facto de haver qualquer outro tipo de coisa. De maneira que eu pedia realmente ao Sr. Presidente que quando fosse falar com a Sra. Engenheira Alexandra Canha que realmente colocasse o problema de que a oliveira e a cipreste que está encostada ao PS está a degradar o PS e nada foi feito; em contrapartida, um está a degradar um edifício que ainda para cúmulo é património do Estado; em contrapartida, rapa-se um cipreste que não está a fazer mal a ninguém e que não tem culpa nenhuma de que queiram fazer obras no hotel. Além disso, não esquecer também de consultar o IPPAR porque eu tenho as minhas dúvidas que o IPPAR tenha dado parecer favorável ao levantamento de mais dois pisos no Hotel da Torre. É só a minha dúvida, e acho que o Sr. Presidente pode indagar junto do IPPAR e se realmente o IPPAR deu essa ordem, eu gostava que o Sr. Presidente aqui o dissesse para que, obviamente, eu como membro da Assembleia também possa esclarecer os cidadãos eleitores de que, efectivamente, quando eu era Presidente nem para mudar uma prateleira se podia, e agora até se pode crescer dois andares no edifício, que está numa zona consolidada. No PDM é zona consolidada, sem hipótese nenhuma de se mexer. De maneira que eu gostava de saber. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Dou a palavra ao Sr. Presidente, peço também para tentar ser breve.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sra. Presidente! O Sr. Cosmelli se calhar não estava cá há bocado quando eu falei nesta matéria... já falaram comigo há uns tempos sobre isto, eu não sou fiscal, não sou da Câmara, mas estou em ligação, mas estiveram... o dono da obra do Hotel veio falar connosco e portanto o processo está todo na Câmara, estava tudo devidamente instruído, já está autorizado, e obviamente isto está sempre em ligação com o IPAR. A ideia que eu tenho, posso saber isso, é que não ia ser aumentado nada, era uma recuperação, até fiquei muito contente, primeiro uma boa unidade de 4 estrelas, vai-se recuperar um prédio que estava degradado mesmo aqui ao lado, vai ficar de alta qualidade e todo arranjado... o que eu disse e não deve ter ouvido bem na altura, é que vai ser aumentado ligeiramente para trás, para o espaço que eles têm atrás, portanto vai ficar mais largo, em vez de ficar mais alto, quer dizer, não é dois para cima, para ficar com quartos de mais qualidade com umas varandas que dá para trás, nas suites. Foi o que me disseram, mas pronto não sou eu o apreciador do Projecto, depois a Câmara vai ter os seus técnicos para esse efeito e cada qual... eu sou muito a favor do trabalho dos técnicos e por certas coisas e não entrar... apesar de ser um pouco como Presidente de Junta, como nós todos temos de perceber, mas depois haverá a apreciação dos técnicos, é para isso que eles servem. Obviamente que o IPPAR aparece depois ali, não passa pela cabeça de ninguém que o IPPAR não tenha intervenção num projecto daqueles à vista de toda a gente, como é lógico. Depois, a Engenheira Canha, eu não disse que ela tinha autorizado o corte do cipreste, eu disse que arranjei um encontro com a Engenheira Canha e com eles para resolver o assunto, ver qual seria a

melhor forma para eles resolverem aquilo. Não sei posteriormente o que é que aconteceu, disse que ia ver o que se passava, aliás já várias vezes tenho passado por ali e visto que o Hotel está a avançar bem, a obra, e realmente nunca mais falei com a Engenheira Canha para saber o que é que tinha decidido quanto ao cipreste, ele já não está, não sei. Sei que estava em dificuldade, inclinado, muito sobre o prédio e dificilmente se poderia compatibilizar a habitação do prédio que já estava um pouco degradado com essa árvore, mas pronto, eles iam tentar salvá-la e espero que façam os possíveis para salvar. Em último caso, não sei, mas é uma questão técnica que eu terei de falar com a Engenheira Canha, mas eu não disse que foi ela que disse “Abatam o cipreste!”. Sei é que o Departamento respectivo da Câmara que trata dessa matéria estava ao corrente do assunto e por intervenção da Junta foi falar com essas pessoas. Estão a arranjar aquilo. Sr. Eduardo Lopes, o problema é o seguinte, quer dizer, o Plano de actividades... repare uma coisa, eu não sei se o Senhor também é jurista ou não, eu também sou jurista mas por vezes temos a mania de que sabemos tudo, portanto dê um desconto ao que eu lhe digo. Agora de qualquer forma, eu conheço essa legislação e não é de hoje, agora um Plano de actividades é feito pelo Executivo e depois é discutido e apreciado e votado na Assembleia de Freguesia, mas é o Executivo que o prepara. Agora, a lei dizia... pois diz repare numa coisa, não é imperativo, é podem se quiserem, meus senhores, podem se quiserem, eu podia fazer isso, mas digo-vos uma coisa: eu estive aqui 4 anos na oposição, não fui convidado uma única vez mas isso não quer dizer nada, para vir cá discutir os Planos de actividades, mas a regra é sempre, concerteza, o Executivo prepara o Plano de actividades e o orçamento e depois traz à Assembleia onde isso é discutido e votado. Cada órgão tem as suas intervenções próprias, os senhores queriam ganhar as eleições, também eu queria e ganhei, pronto, paciência. Somos nós que vamos governar esta Freguesia. E cada qual tem a sua função nesta Assembleia, agora não vamos trocar isto, não vamos fazer disto uma Republica Democrática Popular. Isto é uma República representativa. Não é imperativo, é um podem se quiserem. Agora não me venham dar, se faz favor... eu já estive também na oposição, por amor de Deus, descobriram a pólvora, respeitem um bocadinho quem já cá está há uns anos porque às vezes a paciência também tem os seus limites. Muito obrigado!

*(Pedido de intervenção por parte de Eduardo Lopes)*

**Presidente da Mesa:** Tem de ser mesmo telegráfico porque o tempo esgota-se rapidamente.

**Eduardo Lopes:** A lei 24 de 98 não fui eu que a escrevi, é a lei 24/98 no seu parágrafo artigo 3 parágrafo 3, diz assim: “Os partidos políticos representados nos órgãos administrativos das Autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos Executivos ou que neles não assumam pelouros de poderes delegados ou qualquer outra forma de responsabilidade directa ou indirecta pelo exercício de funções executivas têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e Plano de actividades”. E com isto está tudo dito.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada!

**Presidente do Executivo:** Concerteza que tem direito! E o senhor pediu para ser ouvido? Pois tem, se o senhor me vier pedir.

**Presidente da Mesa:** Eu vou pedir que não haja diálogo entre o Sr. Presidente do Executivo e o membro da Assembleia. Pode haver direito de resposta mas não há diálogo. Está bem? Penso que neste momento as dúvidas que havia estarão razoavelmente esclarecidas e propunha que puséssemos já os documentos à votação: O Plano de actividades para 2006, o Orçamento para 2006 e o Plano plurianual de investimentos. Quem vota a favor? 6 votos a favor! Quem vota contra? 7 votos contra! Portanto, os documentos foram rejeitados, não foram aprovados. Por 7 votos contra do PS, do PCP, do BE e do CDS. Passamos de imediato ao Ponto 3 “Informação escrita do Presidente”. Alguém quer intervir? Tem de falar para o microfone. Sr. Fernando Costa...

**Fernando Costa:** Como já é habitual, nós pensamos que já recebemos informação escrita e que já a lemos. Portanto da nossa parte é dispensável, portanto, falar sobre este assunto, além do mais de que toda esta informação é sobre actividades que foram feitas no mandato anterior. Muito obrigado!

**Presidente do Executivo:** Não havendo mais pedidos de esclarecimentos sobre a informação escrita do Presidente, passamos ao Ponto 4 que são as informações diversas e nestas informações, portanto, é dado o direito... há ainda pedidos de intervenção? Sr. Alves Coelho. Não havendo mais nenhum, passo directamente a palavra a Alves Coelho.

**Alves Coelho:** Eu vou fazer chegar à mesa o documento que me foi entregue por um morador que não pôde ficar até mais tarde e que tem um problema de habitação, portanto aqui vem o número de processo porque penso que está inscrito na Câmara Municipal para atribuição de uma casa camarária e que tem problemas de saúde, dos filhos com quem vive num quarto, do qual está a pagar 250€ de renda. E não tem condições. E apresenta 3 casas próximo de onde ele está a habitar que estão devolutas e que pertencem à Câmara, portanto são casas camarárias, naquela zona do Pátio Novo. E portanto eu, visto que não há Assistente Social da Misericórdia a trabalhar cá, eu faço chegar no sentido de quem tem esta responsabilidade, portanto, contactar o morador e ver a situação se pode de facto melhorar. Na Freguesia, casas camarárias para além destas que são aqui 3 mencionadas, há pelo menos mais duas que são camarárias e que estão devolutas na Travessa Paulo Jorge, penso que é esse o nome. Aquela que eu mencionei no início, tem lá mais duas casas que estão devolutas. E um morador fez-me chegar também um pedido de colocação de iluminação na Rua Nuno Tristão, agradecia que notassem visto que já telefonou várias vezes para cá e diz que desde o final de Julho não têm o candeeiro com a lâmpada e diz que o que lhe é dito é que a responsabilidade é da Câmara Municipal da colocação da lâmpada. Portanto agradecia que solucionassem o problema.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Portanto, essa documentação será remetida ao Executivo. De qualquer das maneiras parece-me que o Sr.

Presidente tem alguma informação a dar sobre esta última situação. Sr. Presidente...

**Presidente do Executivo:** Quanto a essa questão da iluminação, a informação que eu tenho de dar... primeiro vamos começar pelas habitações: pelas habitações, de facto, tenho detectado algumas habitações, já estão utilizadas algumas delas, vagas, estou em comunicação com a Direcção Municipal de Habitação e de facto tenho neste momento um levantamento que a Direcção Municipal também enviou para confrontar com algumas que eu também já tenho. E portanto, naturalmente, estamos a tratar pelas vias adequadas isso, para realmente... às vezes há problemas que não são fáceis, há pessoas que não deram baixa das casas, ou optam por ir viver para fora e deixaram essas casas, é uma coisa que nos tem ocupado algumas horas por semana mas estamos a tratar disso. Quanto à questão da iluminação, de facto também já enviámos através dos nossos serviços e através também de comunicação directíssima para o Sector de Iluminação Pública da Câmara várias informações a falar de vários sítios, não é só na Rua Nunes Tristão, porque aliás a Rua Nunes Tristão também é uma rua da minha rua, isto é, faz esquina com a minha rua e conheço bem isso, e portanto... sim mas essas já estão, em cima já estão, é mais em baixo que a gente está a falar... agora, de qualquer forma, neste momento estamos no seguinte, como aquilo até foi tudo levantado por causa da EPAL na mudança das condutas, diz-me a Iluminação da Câmara que grande parte daquilo não vão ser eles, vai ter que ser a EDP porque enfim, há ali neste momento um jogo que eu estou a tratar, entre a Câmara e o Sector de Iluminação Pública e a EDP porque em princípio seria a Câmara, mas agora a Câmara vê se são eles ou não, se virem que é uma intervenção técnica, que não podem ser eles, o Sr. Cosmelli é capaz de saber isso melhor do que eu porque é da EDP... falei com o Engenheiro Oliveira Nunes, o Engenheiro Oliveira Nunes é o homem chefe do Sector da Iluminação Pública da Câmara que me disse que ia ver o que é que se passava nessas ruas concretas, que nós aliás enviámos em fax daqui para... fax e telefonemas para o telemóvel dele, directamente, a sensibilizá-lo para o teor desse fax. Mas entretanto, posteriormente, já fiz mais uma série de ruas sem luz, e eu penso que está ligado esse trabalho no subterrâneo que têm andado aqui a fazer, na Freguesia, por vários sítios, e depois devem ter mexido lá nalgumas, como diziam os técnicos... de qualquer forma, a nossa função aqui é de imediato comunicar à Câmara, ao Sector de Iluminação Pública que aliás depende também da DMAU e depois eles logo vêem se é com eles ou com a EDP, mas portanto temos feito, quer institucionalmente, quer pessoalmente. Em vários sítios, é que realmente andam aí alguns trabalhos que não estão a funcionar muito bem porque os empreiteiros abrem os buracos e depois demoram muito tempo a fechar e sei lá mais o quê e são várias entidades metidas nisso, depois mete-se o empreiteiro e subempreiteiros, a situação não tem sido muito fácil, mas temos estado a fazer os possíveis para resolver esta situação, agora estamos em cima desse acontecimento. Obrigado!

**Alves Coelho:** Nesse prédio, portanto ali próximo do 52, onde mora esse morador já fizeram a colocação, portanto, da água, tudo e já lá foi a EDP que colocou uma caixa nova, só que o problema é a lâmpada que está fundida. Portanto a EDP neste momento diz que lâmpadas quem as coloca é a Câmara.

Portanto a parte eléctrica está toda consertada. Portanto, o problema é só a colocação da lâmpada.

**Presidente da Mesa:** Pronto, não há mais intervenções, pedidos de intervenções da parte da Assembleia? Telegráfica...

**Eduardo Lopes:** É assim, o resultado desta votação espelha aquilo que eu queria dizer: se fosse acautelado o estatuto da oposição, se calhar não tinha havido aqui um chumbo desta situação. Se calhar os assuntos tinham sido bem explicados, toda a gente sabia o que estava a fazer e o que estava em cima da mesa se calhar não havia chumbo nenhum. Era só.

**Presidente da Mesa:** Eu penso que essa intervenção peca só por estar fora da ordem de trabalhos. Sr. Presidente, tem mais alguma coisa a acrescentar?

**Presidente do Executivo:** Sra. Presidente, só queria dizer que sou democrata, sou a favor do funcionamento das instituições democratas e como tal me regerei por elas. Pode-se perder umas batalhas mas não se perde a guerra e eu continuarei sempre presente na frente de batalha. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Pronto, penso que, neste momento, não haverá mais nada a acrescentar por parte daqui dos membros da Assembleia e então finalmente eu entrarei na parte em que o público pode participar nos trabalhos. Eu volto a lembrar que pelo novo regimento, nas próximas sessões, o público terá na mesma direito a participação, com tempo por volta de 30 minutos e que compete ao Presidente decidir da sua gestão, portanto poderá ser ou no início ou no final das sessões ou repartido entre o início e o final das sessões sendo as intervenções do público também feitas... pode ser tanto no princípio como no fim, até podem ser todas no princípio, portanto está... não, a ideia era tornar mais aberta ao público, foi facilitar a presença do público. Repare: “No início de cada sessão, o Presidente fixa um período não superior a 30 minutos para intervenção do público”. Fixa um período e no início da reunião, o Presidente fixa um período e pode esse período ser metade logo no início ou no fim, mas obviamente tem a ver com os interesses do público. Não, desculpe, nós tentámos abrir o mais possível ao público, portanto a redacção deste ponto foi consensual entre toda a comissão e foi no sentido efectivamente de irmos ao interesse do público presente, portanto tanto pode ser no início como pode ser no final, não está especificado que é só no início ou só no final. Em termos globais é exactamente a mesma coisa, portanto a meia hora com período de intervenção não superior a 5 minutos por interveniente, mas que pode ser ou no início ou no final ou metade no início e metade no final, portanto isto é efectivamente ir cada vez mais ao encontro da população e não obrigar muita gente a ficar até ao final da sessão. Isso foi bastante consensual em todos os membros que fizeram parte da redacção do Regimento e que penso que podem aqui efectivamente esclarecer os presentes em relação a isto (...) Sim, isto é uma questão de interpretação, mas repare sempre no interesse do público, por isso acho que neste caso concordo com o Alves Coelho porque não há interesse algum da nossa parte nem da de ninguém de tentar prejudicar esta situação, foi mesmo no sentido de ser mais aberto e ser compatível, no fundo, com a ordem de trabalhos e de ser mais

acessível a toda a gente. Portanto, eu vou realmente passar de imediato às intervenções do público. Gostaria de saber quem é que se quer inscrever... Sr. Álvaro da Costa Santos... um momento só, Sr. Álvaro... o Sr. Afonso Martins... mais alguém? São só os 2 senhores... Sr. Álvaro, eu peço-lhe para ir ao microfone para efeitos de ficar na gravação, para ficar em acta. Não, mas agora fica em acta, tem sempre ficado em acta. Um momento...

**Álvaro Costa Santos:** (...)de 4 anos seja mais benéfico do que aquele que foi no passado. Tenho aqui uns pontos a apresentar que não é a primeira vez que vou alvitrar situações da nossa Freguesia. Isto não é um acto crítico, é um acto de colaboração. E espero não ser ofendido por aquelas coisas que eu normalmente apresento. Não sei se é do conhecimento da Freguesia que nós temos aqui uma instituição, pode-se-lhe chamar uma instituição, de interesse público e que me parece que está ao abandono há uma série de anos que é o Tanque das Lavadeiras que não existe talvez em Lisboa nenhum como o que nós temos na nossa Freguesia. E está, penso, deteriorado, com falta de assistência, aquilo é no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa. Outra situação, notei no orçamento que não há verbas para certas e determinadas situações que já foram aqui apresentadas. Não sei se será no âmbito do Executivo, se não é do âmbito do Executivo têm que mandar para as instituições, que será a Câmara Municipal de Lisboa a resolver este problema, porque, se calhar o Executivo não tem verbas para ela, que é os sanitários públicos. Têm falado tanto, e tanto, e tanto nisto. Continua-se a ver as casas de comida a serem açambarcadas pelo turismo por causa de não terem, e não só, às vezes aqui ao pé das árvores, das oliveiras, também fazem lá as suas necessidades. As obras aqui do hotel, não sei se o Sr. Presidente... diz que visitou e se calhar só notou o problema do cipreste. Sabe que esta obra começou a ser executada sem autorização camarária, começaram a montar lá um guincho, ainda não estava autorizado. Não sei se sabem que, para passarem ali duas pessoas no passeio, está açambarcado 90% do passeio, as pessoas têm que ir para o meio da estrada para passar para vir da Rua dos Jerónimos para baixo. Não sei se sabe que aqui o passeio está todo deteriorado do guindaste que puseram lá, começou o chão a ceder, está lá uma cova que quase cabo eu lá dentro. Se não cabo, pouco falta. Os rebaixamentos que a Junta andou a fazer e bem, até que enfim, que alguma coisa foi feita alvitrada por um freguês, agora a Câmara mandou fazer uns tantos, há obras daquelas que ainda não têm 15 dias e a calçada à portuguesa já está toda estragada, porque aquilo está a ser mal executado. Eu penso que aqui a Junta tem a obrigação, obrigação de informar a Câmara Municipal, porque aquilo está dentro do âmbito da Câmara, foram eles que fizeram o orçamento... fizeram o orçamento ou aceitaram o orçamento da empresa, que eu por acaso já telefonei para lá para a empresa, e está a ser mal executado. Penso que não tenho mais nada a dizer... e chega. Muito boa noite, muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Passo a palavra ao Sr. Afonso Martins, por favor...

**Afonso Martins:** Boa noite! Em primeiro lugar quero dar os parabéns por este novo Executivo, assim como à Assembleia, e que espero que façam melhor trabalho do que no ano passado. Em primeiro lugar, ouvi falar que, de facto, o

regimento em questão da população ia ser alterado e acho bem porque há aqui população que se vai embora, quer pelos seus problemas, pois isto era sempre no final e agora até às tantas... ainda hoje já é meia-noite. Quando eu cheguei foi falado aqui, a Rua Alexandre Sá Pinto, sobre o trabalho que lá foi feito... assistindo no boletim, de facto aquilo está uma bonita fotografia, se formos pela rua afora, vemos que ela está toda direita. Mas, penso eu, que, de facto, a obra foi mal executada, e por quê? Eu nunca vi um pavimento superior ao passeio, nunca vi um pavimento com valas ou valetas, ou caleiras, como queiram chamar. E quando alvitrei esse problema, há já um largo tempo, não era só a estrada, enfim, era como o passeio. O passeio também está todo com altos e baixos. Acho que fizeram uma coisa e não fizeram outra. Penso que os peões também têm o direito de andar como deve de ser. Aqui o Sr. Álvaro já levantou a questão dos passeios, dos rebaixamentos. Eu penso que antigamente a Câmara de Lisboa tinha calceteiros para fazer os pequenos trabalhos. E eu penso que é preciso um bocado de coragem e expor na Câmara Municipal, porque à volta da Câmara Municipal também (...) e os trabalhos estão mal feitos porque as pessoas fazem aquele trabalho conforme querem e ninguém fiscaliza, o que é que acontece? Depois está a acontecer como está agora, o que acontece vão buscar mais uns tostões e tenho a impressão que como era antigamente, quando os calceteiros da Câmara as calcetavam como deve de ser, e não havia estes problemas. Quanto aos espaços verdes, já foi falado e é falado, se nós formos analisar, ali na zona da Pimenteira já foi... aquilo agora está vazio, não é relva, é erva, é erva. Logo à entrada, quem desce está uma árvore cortada já há longos tempos, aquela árvore foi cortada e não foi repostada aquela árvore. Assim como tiraram de lá outras árvores na altura do mandato do Santana Lopes e aquilo, de facto, vê-se só erva e não se vê árvores, quer dizer, dantes tinha sombras, hoje aquele jardim não tem sombras. E até porque estava lá uma grande árvore, que até fazia bastante sombra. Assim como ali na Afonso de Albuquerque, cortaram as árvores logo ao princípio do mandato do Santana Lopes, estão ali a secar, aquilo já não cresce, não sei por que é que não tiram aquilo fora e repõem novas árvores. Penso eu que foi essa a ideia, não é? Também, claro, não posso só mandar facas, também tenho que dar os parabéns à Junta, que demorou tempo, que não está acabado, que é o Jardim da Travessa da Pimenteira, puseram coisas para as crianças e acho que foi uma coisa benéfica para as crianças... foi um baloiço... eu acho que as crianças sem baloiço (...) para o seu desenvolvimento. E acho que nesse ponto de vista o Executivo está de parabéns, está lá um baloiço. Só falta é fazer o gradeamento, que não tem. E é a questão do jardim. Eu penso, não sei se é possível como foi falado aqui, o Plano de Actividades e Orçamento ter acesso ao público, quer dizer, é só uma curiosidade, se calhar sou só eu que venho cá, eu gostava de poder analisar também as coisas como estão escritas, é que falam, falam, e a gente apanha uma coisa mas não apanhamos tudo. Não sei se é possível dar acesso ao público para ler o Orçamento da própria Junta. Quanto ao subsídio das colectividades, acho que se deve dar um subsídio às colectividades, foi falado aqui com certa razão que as colectividades cada vez estão a desaparecer. E se clubes grandes podem desaparecer com falta de verbas para pagar e retiraram-se certas modalidades amadoras, as colectividades, não sei até que ponto é que eu vejo as colectividades na Freguesia actualmente, com um expansionismo cultural, onde vejo aqui no boletim que quando é (...) que há aqui colectividades, mas no meu ponto de vista, as colectividades, na parte cultural,

não têm cultural nenhuma, e por quê? Porque é preciso também pessoas para executar, não é para executar, direcções que é preciso também desenvolver, porque uma direcção para estar à frente de uma colectividade tem de perder sábados e domingos, e as pessoas hoje não estão para isso. É esse o meu... porque eu também tenho experiência nisso, e estou à vontade para falar nisso. Pronto, e era só isso. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigada! Passo à palavra ao Sr. Presidente...

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia. Vamos começar aí pelo Sr. Álvaro da Costa Santos... ia pedir uma coisa, no outro dia recebi aqui uma informação, penso que é sobre esta matéria... este Tanque das Lavadeiras é um que fica na Rua dos Jerónimos, à direita quando se sobe? É, não é? No outro dia recebi uma informação... é ao pé de que sítio concreto de que está a falar? Do lado direito... onde estão as escadinhas... está a dizer que aquilo está mal conservado, não é? Está a desaparecer, está a ser degradado, é isso? Tenho de ir lá ver o que é que se passa... no outro dia recebi uma comunicação, estava para ir lá ver o que é que se passa, e mesmo... sobe-se as escadinhas e ali vê-se, não é? Tanque das Lavadeiras. Eu vou ver o que é que se passa com isso, porque já estava para lá ir ver porque por acaso no outro dia fomos alertados por uma carta de um cidadão, não foi o senhor, foi uma outra pessoa que nos tinha alertado para isso e eu estava para subir aqui a rua e ir ver o que é que se passava. Verbas sanitários públicos: nós de facto temos 2, oficialmente, sanitários públicos para pessoas em permanência, e temos estado a conservar sempre esses sanitários. Mas de facto temos tido algumas reclamações, de empresários aqui da zona que estão sempre muito aborrecidos porque isto é uma zona turística e entram os turistas pelas casas deles todos em fila para a casa de banho. Bem, o que se passa de uma forma realista, não é só aqui, é em toda a parte, é o seguinte: já fizemos uma tentativa e está ali um sanitário mesmo em frente aos pastéis de Belém, que lá colocámos, público, limpinho, sempre arranjado, e ninguém vai lá. E eu já me tentei pôr no lugar dos turistas. Mas, vamos ser realistas, não podemos proibir uma pessoa, seja ela qual for de entrar num restaurante, os do restaurante podem proibir o direito de admissão, mas as pessoas até vão geralmente para os pastéis de Belém, é lá para o fundo, entram por ali adentro e tal... Também aqui à Rosa de Ouro, às vezes entravam uns chineses, logo 10, 20 chineses tudo à bicha para a casa de banho... Meu senhor, pelo menos tem de tomar um cafezinho e tal... é um problema que existe mas que... é um problema que existe mas que... em todo o sítio que... já pusemos para tentar aliviar isto, nalguns aspectos pusemos uma indicação de tabuletas... não podemos pôr um sanitário público em todo o sítio... agora, já temos um à frente do Museu dos Coches com umas setas a indicar que há uns sanitários públicos em frente ao Palácio de Belém, naquela zona ainda que dá para as pessoas irem a pé até lá. Já é uma violência ir daqui até lá, mas temos um aqui em frente, direito numa zona turística e temos a intenção de pôr mais uns 2 talvez, aqui nesta zona dos jardins. Agora, hoje em dia, por problemas de pessoal, podemos não pôr, porque já há dificuldade em ter pessoal para este tipo de trabalho. Além do mais cada vez a tendência é inversa, pôr coisas automáticas. Agora, as pessoas... vamos lá a ver uma coisa para ver se nos entendemos: esta é uma questão que tem a ver com as garantias da liberdade do

cidadão, quer dizer, há ali estabelecimentos abertos ao público, e eu no caso deles também prefiro ir aos restaurantes, porque estão mais bem asseados, dão mais garantias do que um sanitário público. E as pessoas vão, mas podem ser barradas... mas geralmente vão fazer uma despesa e tal... mas agora eu gostava que alguém me dissesse em termos práticos como é que isto se pode colmatar. Enfim, por mais casas de banho que a gente possa pôr ali, eles continuam a querer ir naturalmente às casas de banho... peço que cada qual pense por si e veja o que é que faria em situações similares. Eu sempre que preciso ir à casa de banho, exceptuando a Junta quando estou aqui, mas se não estivesse aqui a Junta, ia aos pastéis de Belém, tem umas casas de banho óptimas. É lógico! Agora, obras no Hotel, não tem licença... o Senhor está a dizer que o Hotel não tem licença... bem... ah, não tinha, pronto, está bem, pronto... agora, o que eu lhe posso dizer, eu não sou fiscal, agora, eles vieram ter comigo... e para trás também vão aumentar pelo menos... está bem, mas está a ser feito concerteza, nem lhe passa pela cabeça que não esteja a ser feito, num local daqueles e eu sei que a Câmara está em cima do assunto, estava o projecto na Câmara, pessoalmente já vi que o projecto estava na Câmara, e tem um número, uma identificação, portanto as entidades próprias da Câmara estão a estudar aquilo. Oiça, mais dois ou menos dois, não sou fundamentalista nesse aspecto, acho que é uma questão dos técnicos, eu não sou técnico, se estraga os Jerónimos ou não. Acho que é importante para um Hotel de qualidade com 4 estrelas, bom naquele sítio. O que lá estava, estava muito degradado e vão recuperar aquela parte também do jardim, continua a ser público mas uma zona de esplanada, acho que vai ser um grande benefício aqui para a nossa Freguesia. Os passeios estragados, estamos com esta saga há uns tempos, ainda vamos ter mais um bocado ainda. Estamos com perfurações constantes nas diferentes entidades e subempreiteiros respectivos. Eu sei que é um aborrecimento, até à frente da minha casa eu tenho também, cada vez que eu quero sair e entrar de casa fico todo sujo. Já está um pouco melhor agora. Mas, quando há obras e aqui no Hotel passa-se a mesma coisa, enquanto há obras há sempre problemas enquanto se está a fazer obras. Ninguém gosta de obras, como é lógico. E traz sempre falta de comodidade. Eu vou lá ver... eu garanto-lhe, aliás, porque já várias vezes me convidaram e há algumas semanas que não vou lá, pronto, mas eu já vi que aquilo já começou em força, portanto é do meu interesse, é do nosso interesse ir ver o que é que se está agora a passar já nesta fase. Portanto eu vou, está-me a alertar para isso, também é do meu interesse lá ir, estava a pensar lá ir um dia destes ver em que ponto é que aquilo está e portanto vou verificar se eles estão com algumas medidas que estejam escusadamente a prejudicar as pessoas ali, porque isso também não têm o direito, há a parte da questão proporcional, de fazer a obra e de não incomodar as pessoas. Bem, vou ver isso, agradeço a sua informação, eu vou ver como é que aquilo está, vou ter esse cuidado. Rebaixamento dos passeios: está-me a falar se calhar num em frente ao quiosque, por exemplo... já lá estive a ver, mas ainda não está acabado. Mas ainda não estava acabado. E está mal feito por quê? Mas diga lá, está mal feito por quê? (Problemas de pedras soltas) Tenho que lá ir ver. Eu vou lá ver aquilo. Eu vou lá ver o que é que se passa com isso. Mas se calhar eles ainda nem tinham acabado o trabalho... estavam a fazê-lo, ainda não o tinham acabado no outro dia. Por isso é que eu estou a dizer: será que eles já acabaram esse trabalho? Mas eu vou ver, ainda por cima numa zona daquelas... e uma coisa que

me está a desgostar imenso, de facto, é em “n” zonas, também na Duarte Pacheco Pereira, em frente à Lavandaria, neste momento há lá um monte de entulho naquela zona há dias. Por quê? O que é que se passa? Está tudo louco, quer dizer, deixam o entulho ali no meio do passeio, num local de passagem. E depois é a entidade responsável por aqui: “Ah não, foi a EDP! É a EPAL! É a Câmara!” É preciso apanhá-los. Sim, mas daquela não foi, daquela não foi... claro... mas olhe que ele é um bom técnico... Conheço esta obra muito bem, como deve calcular, esta obra para mim foi uma obra que me encheu de alegria e de orgulho, ter conseguido fazer aquela obra. E de maneira resolvi estar sempre em cima daquilo, nomeadamente nas alturas mais problemáticas pois chovia muito e tal para ver a reacção daquilo. E de facto, primeiro, verifiquei que a obra foi feita como é feita em qualquer sítio da cidade. Geralmente, há uma técnica hoje, dizem os técnicos, eu não sou técnico, que não fazem trabalhos pesados, para não esbanjar dinheiro, põem por cima quando é possível e ali podiam fazer por cima, e já verificámos na prática que é possível. Há, de facto, uma situação perigosa, que eu acho que já está remendada, ao lado daquele café que está lá, que era uma... nós mandámos já arranjar... uma sarjeta que estava assim em perigo de uma pessoa cair, que já está arranjada, pelo menos já dei indicações há muito tempo e disse à senhora de lá do café que se não estivesse arranjado no prazo de 2 dias para me dizer. Presumo que esteja arranjado, essa questão. A outra, de facto ainda não estava arranjado porque eles ainda estavam a arranjar. Mesmo assim queixei-me ao Dr. Nuno de Medeiros, Director Regional da EPAL dos trabalhos da EPAL ali e dos respectivos concessionários porque realmente não estavam a fazer aquilo com muito agrado, estavam a demorar muito e depois paravam, iam para outro sítio, deixavam tudo sujo. E não deve ser assim, deve-se limpar os sítios... acaba-se o trabalho, limpa-se aquilo. E portanto temos estado em cima deles. Agora, a Alexandre Sá Pinto, tenho ido lá várias vezes de dia, de noite, com chuva, sem chuva e está impecável, os passeios ainda não acabaram, sei que tiveram um problema grave que a EPAL ainda não tinha detectado, e portanto ainda não tinham tapado porque estavam a ver onde é que havia uma falha qualquer. Oiça, nem vale a pena falar com as pessoas, aquilo está fantástico o piso. Espaços verdes... e agora gostava era que a Travessa Paulo Jorge estivesse debaixo de olho, neste mandato temos de fazer isso. Espaço verdes... mas repare uma coisa, conseguimos fazer isto no final, só quando corremos o risco de dizerem que era eleitoralismo e tal, mas de qualquer forma era um compromisso que tínhamos e fizemos. Agora, só aquele bocadinho foi 50.000 contos, impressiona o custo destas coisas, asfaltar estradas, 50.000 contos, e portanto conseguiu-se isso com aquelas verbas, e nós tivemos conhecimento que a Câmara tinha acabado de ter algum rendimento da venda dos terrenos da Feira Popular, então aproveitámos para algumas dessas verbas, porque era uma coisa muito urgente, que conseguissem canalizar para aqui, e portanto, foram sensíveis, o Director Municipal de Obras e Projectos da Câmara ao nosso pedido na altura e portanto isso... foi portanto aqui para a Freguesia e nomeadamente para esses habitantes dessa zona mais desfavorecida da Freguesia. Espaços verdes e Pimenteira: roubaram esse gradeamento já de facto, vamos pô-lo, não há peças neste momento, estava esgotado, mas o que é certo é que voltámos a pôr o parque em condições de ser vivido e apreciado e utilizado pelas pessoas e tem sido, tem sido, tem lá ido muita gente brincar, os miúdos e tal, e mais, não falou aqui nisso mas acho que é importante, pelo menos quem vai com

criancinhas, pusemos lá uma mesa com 4 cadeiras para as outras pessoas também estarem ali sentadas enquanto os miúdos estão a brincar e tal, que não existia, portanto uma zona de convívio para os mais crescidos também, ou para os mais novos, mas ali ao lado desse parque. E depois temos estado a limpar sistematicamente, até posso dizer qual é a empresa, e de forma gratuita, tem sido um serviço que me têm feito, uma empresa, aquele espaço, tem sido sempre limpo. “Ah e está verde e não é relva, tal, tal, é erva, tal, tal”. Admito que sim, mas pelo menos está mais bonito e está mais arranjado. E de vez em quando limpa-se aquilo, passa-se uma máquina e está decente, tenho lá ido. Admito que não seja uma relva de primeira qualidade, como aquela que pusemos há pouco tempo no Restelo, mas já me estão fartos de dizer que aquilo vai-se estragar tudo, as pessoas, portanto nós fazemos e depois dizem que aquilo vai-se estragar tudo, que não vale a pena, como diziam ali no Restelo. Mas pronto, de qualquer forma esse parque já não envergonha ninguém. Neste momento, a Pimenteira... não está o ideal mas não envergonha. Está limpo e asseado, vamos ver se pomos aquela cerca à volta do parque infantil e sei que ainda não roubaram os instrumentos que lá pusemos, é que às vezes está lá gente duvidosa, toxicodependentes que vão lá para debaixo e dormiam lá, já lá fui tirar uns papeis, às vezes eu próprio faço a volta, pelo menos semanal, de mota e vou lá tirar os papeis lá de baixo e tal, mas pronto, a coisa vai avançando. Depois, o orçamento, meu caro amigo, como vê, o orçamento ainda não foi aprovado, portanto neste momento estamos sem orçamento. Agora, isto há órgãos próprios para serem debatidas as matérias, portanto é o Executivo que tem de preparar pôr à discussão pelo Presidente da Assembleia-geral e depois se alguns dos representantes quiser mostrar o problema deles, mas eu não vou faltar ao respeito à Assembleia que nos representa a todos e dar a um cidadão que merece o maior respeito, mas primeiro aos membros da Assembleia, porque são os representantes das pessoas. Portanto são eles que têm de aprovar o orçamento. Não posso dar um orçamento que ainda não está aprovado, não pode ser. Depois de aprovado concerteza, mais, até vai para o nosso site da Internet. Temos um site neste momento também, não sei se sabem. Mas portanto, era isso que eu queria que ficasse bem ciente que a nossa disponibilidade é total, mas há regras, algumas, que têm de ser cumpridas.

**Presidente da Mesa:** Eu lembro que já estamos muito adiantados na hora... Sr. Presidente, acabou a sua intervenção? Muito obrigada. Antes de acabar a sessão, só queria neste momento agendar a próxima reunião ordinária, porque vamos ter certamente uma extraordinária para aprovação do orçamento, e portanto marcava, uma vez que terá de ser em Abril, e a uma quinta-feira, eu propunha como data prevista o dia 20 de Abril. Penso que ... exactamente, foi o que eu disse, esta será uma reunião ordinária, haverá uma anterior que será uma reunião extraordinária, portanto esta cumpre o calendário de Abril. Sendo assim e nada mais havendo a referir, resta-me desejar a todos os votos de um bom Natal, de boas entradas, de muito descanso, muita paz e até para o ano. Boa noite a todos. Dou por encerrada esta sessão.

A Presidente da Mesa

---

Eugénia Dantas O'Santos

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário

---

Teresa Paradela

---

Gonçalo Silvério Marques